

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**Vinicius Manduca**

**Atores políticos do pentecostalismo católico e  
evangélico paulista**

São Carlos – SP

2015

Vinicius Manduca

# **Atores políticos do pentecostalismo católico e evangélico paulista**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. André Ricardo de Souza

São Carlos – SP

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

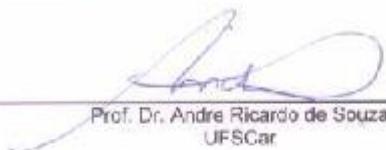
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Vinícius Manduca, realizada em 24/06/2015:



---

Prof. Dr. Andre Ricardo de Souza  
UFSCar



---

Profa. Dra. Claudirene Aparecida de Paula Bandini  
PUC-SP



---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Pinto Procópio  
IFSP

## **Agradecimentos**

O texto a seguir não é resultado apenas de um trabalho de pouco mais de dois anos, mas de uma longa trajetória a qual não conseguiria trilhar sozinho. Pude contar com muitas pessoas no decorrer da minha formação e confecção dessa dissertação, que contribuíram nas mais diversas formas, sem as quais não seria possível a conclusão desse trabalho.

Gostaria de agradecer inicialmente ao meu orientador Prof. Dr. André Ricardo de Souza, que me orienta desde os primeiros passos na carreira científica, se dedicando à minha formação a mais de quatro anos. Gostaria de agradecer a paciência na orientação e a liberdade que sempre me permitiu trabalhar. Com o André aprendi não apenas fazer ciências sociais da religião, mas como age um bom pesquisador, um bom professor e um bom orientador. Não somente, pude com ele aprender valiosas lições além das fronteiras profissionais que me acompanharão daqui a diante.

A todos os meus colegas do NEREP, antigos e novos membros, mas principalmente os que me acompanham desde do início compartilhando experiências, pensamentos, questões e muitos bons momentos. Em especial gostaria de agradecer à Dra. Claudirene Aparecida de Paula Bandini, minha “madrinha intelectual” que muito ajudou nessa jornada e Prof. Msc. Marcos Vinicius de Freitas Reis, uma pessoa sem a qual o apoio, ajuda e amizade foram fundamentais para a conclusão desse trabalho. Do NEREP gostaria de destacar principalmente Msc. Renan Rossi, Mariana Gama, Breno Minelli e Pedro Augusto

Ceragatti Moreno, queridos amigos que me acompanham desde as primeiras pesquisas. E um agradecimento especial para Giulliano Placeres, parceiro e grande amigo, o qual estamos juntos desde o início.

Aos meus queridos colegas de mestrado e meus queridos amigos que me apoiaram e me suportaram durante todo o período, tanto pessoalmente quanto profissionalmente, em especial Marcel Berbert, Dafne Araújo e Natália Martins Gonzaga de Oliveira, além de Marina Dóris da Silva, Gustavo Diccine Silva e Enéas Luccas Sanches, que em tantos momentos, me devolveram a sanidade. Em especial, gostaria muito de agradecer Henrique de Linica dos Santo Macedo, o tipo de amigo que você só encontra um em toda a vida.

Gostaria muito de agradecer meus familiares de São Carlos que me acolheram e me aguentaram no decorrer desses seis anos de estadia, em especial minhas tias Darci e Dirce, e a meus primos Renata, Marcio, Roberta, Emerson, Tiago, Leandro e Fernanda.

Um agradecimento especial aos meus familiares mais próximos, meu avô João, minha tia Zi, meus tios Márcia, Airton, Hamilton, Renata, Mário, Valter e a meus primos Juliana, Felipe e André, que me ajudaram das mais diversas formas durante todo o processo. E meu tio Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca por todo o apoio pessoal e acadêmico.

Por fim, gostaria de agradecer muito a meus pais Edson Luiz de Souza Maduca e Ida Rosa Silva Manduca e do meu irmão Bruno Manduca, pela força, apoio, contribuições, sorrisos efim, pela minha carreira como um todo, eu não haveria conseguido sem vocês.

“I may not have gone where I intended to go,  
but I think I have ended up where I intended to be.”

**Douglas Noël Adams**

## **Resumo:**

Esta dissertação decorre da pesquisa de um trabalho anterior de iniciação científica com bolsa FAPESP, também orientada pelo Prof. Dr. André Ricardo de Souza. Houve um aprofundamento da investigação da realidade política que teve como marco inicial as eleições para a Assembleia Constituinte de 1986. Estas estabeleceram um novo cenário para a política brasileira, marcado pela inserção de grupos ligados a igrejas pentecostais. Para a eleição, foi estabelecido um sistema baseado na figura do “candidato oficial” que além de aumentar consideravelmente o número de evangélicos nas casas legislativas, também modificou as formas de ação política nesse meio, gerando uma Frente Parlamentar Evangélica, por exemplo. Por outro lado o catolicismo que enfrenta constante diminuição demográfica também vem se manifestando de forma mais direta na arena política, de modo diferente daquele da Teologia da Libertação. Conhecida como o “pentecostalismo católico”, a Renovação Carismática aos poucos traz também para o campo político próprio, elementos da ação evangélica pentecostal. Neste trabalho é apresentada uma análise comparativa entre tais vertentes cristãs, enfocando um representante para cada uma, quanto às suas atividades político-partidárias, envolvendo as diferenças e similitudes das formas de ação eleitoral e parlamentar.

**Palavras Chave:** Renovação Carismática Católica; Pentecostalismo; Religião e Política; Parlamentares Cristãos; Mercado Religioso.

### **Abstract:**

This work stems from research earlier work of scientific initiation with FAPESP grant, also supervised by Prof. Dr. André Ricardo de Souza. There was a deepening of political reality research that had as starting point the elections to the Constituent Assembly of 1986. These set a new stage for Brazilian politics, marked by the inclusion of groups linked to Pentecostal churches. For the election, a system based on the figure of the "official candidate" was established that in addition to considerably increase the number of evangelicals in the legislative houses, also modified forms of political action that environment, generating an Evangelical Parliamentary Front, for example. On the other hand Catholicism, who faces constant demographic decline, is also manifesting itself more directly in the political arena, differently from that of Liberation Theology. Known as the "Catholic Pentecostalism," the Charismatic Renewal gradually brings also to the political field itself, elements of Pentecostal evangelical action. This paper presents a comparative analysis of such Christian spectrum, focusing on one representative for each one, as to their political activities, involving the differences and similarities of the forms of electoral and parliamentary action.

**Key words:** Catholic Charismatic Renewal; Pentecostalism; Religion and Politics; Christian Parliamentary; Religious Market.

## **Lista de siglas e abreviaturas**

AD – Assembleia de Deus

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

CCJC – Comissão Constituição, Justiça e Cidadania

CCTCI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CE – Comissão de Educação

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CN – Canção Nova

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONPEV – Conselho de Pastores Evangélicos de Bauru e Região

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM – Democratas

ENUCC – Encontro Nacional de Universitários Católicos Carismáticos

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular

IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

ONG – Organização Não Governamental

PDT – Partido Democrata Trabalhista

PHDB – Partido Humanista Democrata do Brasil

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR – Partido Municipalista Renovador

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSN – Partido Socialista Nacional

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

RCC – Renovação Carismática Católica

REDE – Rede Sustentabilidade

TL – Teologia da Libertação

TLC – Treinamento de Lideranças Cristãs

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

# Sumário

Lista de siglas e abreviaturas .....	6
Introdução .....	10
1 - Panorama carismático católico e evangélico pentecostal .....	19
Desenvolvimento do catolicismo carismático no Brasil .....	19
As ondas evangélicas pentecostais .....	20
Pluralismo e mercado religioso .....	22
Pentecostalismo e política partidária .....	24
Renovação carismática e política partidária .....	35
2 - Presença político-partidária nacional e no contexto pesquisado .....	40
Contexto político específico .....	42
Atuação política .....	45
Concorrência entre protestantismo e catolicismo .....	48
Religiões e sociedade civil .....	51
3 - Catolicismo, pentecostalismo e política em São Paulo, Bauru e Campinas .....	58
São Paulo .....	61
Campinas .....	64
Bauru .....	66
4 - Campanhas eleitorais em foco .....	70
Relevância da Canção Nova .....	72
A campanha de Gussi na Canção Nova .....	76
Nas Redes Sociais .....	79
Estratégias de campanha .....	87
Propostas Eleitorais .....	89
Busca de votos nas cidades estudadas .....	93
5 - As diretrizes dos parlamentares pesquisados .....	99
Comissões de trabalho .....	99
Projetos de lei .....	102
Considerações finais .....	107
Referências Bibliográficas .....	115

## Introdução

Cada vez mais, o fator religião tem se tornado objeto de exploração em campanhas eleitorais. O apoio de determinados segmentos religiosos tem se demonstrado de grande importância em disputas para cargos majoritários. Em relação ao Poder Legislativo, o sistema representativo brasileiro permite que determinados grupos religiosos viabilizem eleitoralmente seus próprios representantes para atenderem suas demandas específicas, já que adere ao sistema proporcional.

Para obter e assegurar essa representação certos grupos religiosos vêm elaborando estratégias eleitorais cada vez mais racionalizadas como exploração de signos ligados à fé, exploração de demandas sociais e exploração da maleabilidade do sistema eleitoral brasileiro.

A relação entre religião e política no Brasil não é nova, apesar de a separação oficial entre Estado e Igreja Católica ter ocorrido no final do século XIX, já na primeira constituição republicana, de 1891. Nessa, o Estado brasileiro deixou de possuir uma religião oficial, permitindo-se a liberdade de culto a partir do parágrafo terceiro do artigo 72:

*“Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim, adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.”*

A partir daí o Estado brasileiro passou a ser considerado laico, algo que prevê a liberdade de culto e de participação política de atores independentemente

da religião. A laicidade, formulada tal qual um regime de convivência em que as instituições são legitimadas por soberania popular e não religiosa, é um processo historicamente desenvolvido na maioria das sociedades do mundo, sobretudo no Ocidente (Blancarte, 2006). No Brasil, assim como em vários outros países, no entanto, a substantiva influência católica sobre o Estado ainda perdurou.

Nesse contexto a Igreja Católica prosseguiu com constante influência na esfera política, direta ou indiretamente, nunca perdendo alguns dos privilégios concedidos durante os períodos Colonial e Império (Mariano, 2011). Já a participação evangélica na política foi muito discreta durante a Primeira República, embora tenha conseguido eleger três senadores durante aquele período: Alfredo Ellis, Erico Coelho e Joaquim Nogueira Paranaguá. Foram eleitos, não devido a fatores religiosos, mas sim por seus atributos pessoais (Freston, 1993).

A entrada dessas denominações religiosas na política partidária se deu mais efetivamente a partir da década de 1930. Fizeram isso, de algum modo, respondendo à forte aproximação do governo Getúlio Vargas com o catolicismo, no contexto de desenvolvimento do movimento leigo chamado Ação Católica. A hierarquia católica, por sua vez, exigia a volta de contratos revogados na Constituição de 1891, como o reconhecimento legal do casamento religioso por exemplo. Vargas tinha bastante ligação com a cúpula católica, que retribuía procurando lhe engrossar o eleitorado.

O segmento evangélico, até então formado quase exclusivamente por protestantes históricos, em sua maioria adeptos da Igreja Presbiteriana, teve algumas iniciativas de organização política, como a formulação da Confederação

Evangélica Brasileira. Mas não foi a incisiva retórica católica, tampouco um impulso de proselitismo religioso, que motivaram a inserção protestante na esfera política.

A busca de legitimidade social, em face da grande maioria católica, e a obtenção de prestígio individual de algumas lideranças são as razões pelas quais os protestantes se engajaram na política partidária (Fonseca, 1998).

A proximidade da Igreja Católica com o governo varguista conduziu a um fortalecimento da instituição religiosa. Posteriormente ao regime, tal proximidade levou à formação da Liga Eleitoral Católica com o intuito básico de eleger representantes na Assembleia Constituinte de 1932 (Miceli, 2001).

Durante a ditadura militar as igrejas protestantes se mantiveram em gradativo fortalecimento interno, praticamente alheio a questões políticas. Alguns adeptos foram eleitos, mas sem a bandeira religiosa. Iniciativas da Confederação Evangélica Brasileira no começo da década de 1960 e a organização da União Cristã dos Estudantes do Brasil, apoiada inclusive por teólogos da libertação, acabaram abafadas no interior das próprias denominações evangélicas (Fonseca, 1998). O fenômeno protestante mantinha postura de rejeição do mundo, vendo a política como uma tentação. Os dirigentes das igrejas proclamavam o lema: “Evangélico não se mistura com política”.

No mesmo período, segmentos da Igreja Católica adotaram posturas diferentes. Por um lado a corrente leiga de extrema direita chamada TFP (Tradição, Família e Propriedade) apoiou o regime. Por outro, a Teologia da Libertação (TL), tendo como referência o então frade franciscano Leonardo Boff, se apresentava como frente de resistência ao governo militar. A partir das ideias da TL, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base, que postularam a determinação política de

esquerda do catolicismo durante a ditadura, sendo efetivamente matrizes de movimentos sociais e também do Partido dos Trabalhadores (Doimo, 1995).

Os evangélicos se voltaram de modo incisivo para a política nos anos 1980, com o despertar dos pentecostais argumentando que o catolicismo se aproveitaria da Assembleia Constituinte de 1986 e buscando reaver privilégios perdidos. Já ali reivindicavam liberdade religiosa (Freston, 1993), conceito que tem cada vez se tornado mais caro em suas representações em espaço público.

Capitaneados pela maior denominação do país, a Assembleia de Deus, os pentecostais decidiram se engajar na política partidária, deixando de lado o tradicional apolitismo. Da frase “crente não se mistura com política” passaram a adotar o novo lema “Irmão vota em irmão” (Sylvestre, 1986).

Diante da iminente mudança constitucional, a ideia de um suposto perigo que as igrejas protestantes sofriam em face dos privilégios católicos foi o principal fator da repentina mudança de comportamento político por parte dos evangélicos pentecostais. A fim de garantir representação na Assembleia Constituinte, uma estratégia eleitoral foi elaborada e estabelecida, tendo como cerne a figura do candidato oficial. Tratava-se de estabelecer um candidato apenas contando com o apoio incisivo da comunidade religiosa, através da exposição em cultos e circulação de material de propaganda.

Utilizada pelas denominações pentecostais desde as eleições de 1986, a perspectiva provou ser eficaz, já que nas primeiras aplicações a participação pentecostal saltou de dois deputados federais, em 1986 para dezoito, em 1987 (Freston, 1993; Fonseca, 2002; Mariano, 2005; Baptista, 2009), tendo sido o grande destaque inicialmente da Assembleia de Deus.

A ofensiva pentecostal na câmara dos deputados se deu de forma quase sempre ascendente. Logo no primeiro pleito que participaram, a representação evangélica foi de 32 deputados. Porém devido à maioria ter sido alvo de denúncias de corrupção nas eleições seguinte a representação caiu para 23 deputados.

A representação evangélica voltou a crescer em 1998, com a eleição de 49 representantes, mesmo ano em que a IURD elegeu mais deputados do que a AD, que até então possuía a maioria em congresso. A representação evangélica prosseguiu oscilando já que elegeu 59 deputados em 2002 e apenas 48 em 2006. Na legislatura de 2010, fruto também de uma eleição em que a tônica religiosa foi bastante explorada, foi eleita a maior “bancada evangélica”, com 73 membros (Souza, 2013).

A expansão evangélica nos parlamentos, sobretudo no Congresso Nacional, prossegue hoje liderada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A denominação de Edir Macedo vem exercendo influência também sobre os governos instituídos, como ilustra o caso do seu sobrinho, o bispo licenciado e ex-ministro da Pesca Marcelo Crivella. Crivella vem tendo também presença em processos eleitorais majoritários no Rio de Janeiro, sendo novamente candidato ao governo estadual pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). Em 2012, a IURD teve seu candidato à prefeitura paulistana, Celso Russomano (da mesma legenda), como o líder das pesquisas de intenção de voto até as vésperas do primeiro turno.

O grande articulador do sistema eleitoral da IURD foi Carlos Alberto Rodrigues Pinto. Bispo Rodrigues, como é conhecido no meio religioso, modificou os eixos de aliança da denominação religiosa, na época os membros se candidatavam

principalmente pelo Partido Liberal (PL). Rodrigues promoveu a aliança política entre o PL e o PT, aliança hoje capitaneada pelo PRB. O afastamento do religioso da política se deu principalmente pelo seu envolvimento nos casos de corrupção conhecidos como “Mensalão<sup>1</sup>” e “Máfia das Sanguessugas”<sup>2</sup> (Souza 2013).

É frente às consequências do modelo pentecostal que parte da Igreja Católica começa a modificar a sua forma de ação político-partidária. Paralelamente à articulação política das denominações pentecostais, a Renovação Carismática, tal qual movimento religioso mais articulado, também teve seu destaque em atuação político-partidária.

A ofensiva católica às igrejas pentecostais se deu inicialmente no plano midiático, através de emissoras de rádio e programas de televisão. Isso foi impulsionado, sobretudo, pela compra da emissora aberta de televisão Rede Record pelo líder iurdiano Edir Macedo. As organizações carismáticas buscaram se equipar através de editoras, rádio e emissoras de televisão como a TV Século XXI e Canção Nova. De modo bem menos contido do que os concorrentes pentecostais, os carismáticos católicos também se envolveram em campanhas eleitorais, escolhendo seus representantes. As mudanças havidas no modo de carismáticos lidarem com a política partidária são o foco desta pesquisa.

A mobilização política por parte desse movimento católico não é um fenômeno propriamente novo, já que a RCC vem elegendo parlamentares desde a década de 1990 (MIRANDA,1999). O processo recente é sim a busca de novas formas de organização e filiações políticas, já que a opção preferencial pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) dá lugar à busca de outros partidos. Nos

---

<sup>1</sup> Esquema de compra de votos em plenário para a aprovação de demandas do executivo.

<sup>2</sup> Superfaturamento na compra de ambulâncias em troca de emendas parlamentares.

últimos anos, tais legendas escolhidas eram pragmaticamente aliadas ao governo federal conduzido pelo PT. O caso do deputado federal paulista Gabriel Chalita é bastante ilustrativo, pois trocou o PSDB pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ingressando depois no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em que chegou na terceira colocação na eleição para a prefeitura paulistana em 2011. Tal feito o fez ser cogitado para assumir o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) no governo de Dilma Rousseff.<sup>3</sup> Assim como Chalita, outros parlamentares carismáticos católicos vêm adotando tal pragmatismo político, engajando-se em partidos antes considerados oponentes.

É nesse contexto que o presente trabalho se coloca, propondo um novo olhar, a partir do ângulo político, sobre o movimento carismático. Propõe um estudo comparativo entre os dois polos político-eleitorais: o evangélico pentecostal e o católico carismático.

A análise é focada nas formas de atuação política entre as frentes pentecostais do protestantismo e do catolicismo no Brasil. Para isso o estudo se centra nas principais denominações pentecostais evangélicas que tem sua influência na política partidária, as já citadas Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus.

Como campo foi selecionado o estado de São Paulo, especificamente a capital São Paulo e as cidades interioranas Campinas e Bauru. A escolha dessas

---

<sup>3</sup> Indicado a partir de arranjos políticos entre o PT e o PMDB e sob a declaração de que “seria ministro se fosse a vontade de Deus” o nome de Gabriel Chalita para o MCT envolveu uma série de controvérsias. Inicialmente pelo ex-ocupante do cargo, e até então ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT) sob alegação do candidato ser “católico demais” e que seus dogmas religiosos poderiam interferir em pesquisas científicas. O político ligado à Canção Nova não agradou também a comunidade científica de qual determinados setores pressionaram para que não fosse nomeado. Somam-se à essas situações as denúncias de corrupção contra o deputado, referentes ao período que era Secretário da Educação do Estado de São Paulo. O cargo se manteve com Marco Antonio Raupp até o ano de 2014.

idades se deu não apenas por características religiosas específicas de cada uma mas também porque seus respectivos quadros religiosos guardam características similares ao quadro religioso nacional.

A realização do trabalho conta com o período fértil do ano de 2014, já que ocorrem eleições para as assembleias legislativas estaduais, o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – Governadores e Presidente da República. O foco da pesquisa são as casas legislativas, porém ela aborda também as influências em cargos executivos analisando o apoio religioso no período eleitoral e a governabilidade a partir das alianças com esses políticos, algo que se torna cada vez mais caro para os que ocupam esses cargos, dada a pressão recebida, sobretudo em termos de moral sexual e reprodutiva

O caminho escolhido para essa investigação foi o de uma detalhada pesquisa documental de material impresso como panfletos de campanha de candidatos e manuais de diretrizes políticas das agremiações religiosas, materiais disponibilizado na internet, além de acompanhamento das campanhas eleitorais realizadas através das redes sociais, com destaque para o *facebook* e o *twitter* que são os veículos com maior número de adeptos e mais utilizados por parlamentares e candidatos. A opção por englobar também as redes sociais vem a partir do atual destaque que elas possuem devido a sua capacidade de alcance, se destacando para a conquista de novos eleitores.

Esta dissertação trata do universo político-religioso que envolve os evangélicos pentecostais e carismáticos católicos em três das maiores cidades paulistas: São Paulo, Campinas e Bauru. O enfoque é dado a dois personagens que são deputados federais que vêm se destacando em ambos os seguimentos

pesquisados. O primeiro deles é o empresário e pastor da Assembleia de Deus e deputado pelo Partido Social Cristão (PSC), Marco Feliciano, o segundo é o advogado e professor universitário ligado à Renovação Carismática Católica Evandro Gussi, sendo parlamentar em exercício pelo Partido Verde (PV). Ao longo do texto, são apresentadas e discutidas as características e estratégias político-eleitorais desses dois atores principais do pentecostalismo católico e evangélico no cenário atual.

O primeiro capítulo trata-se de uma contextualização histórica do início e desenvolvimento das igrejas evangélicas pentecostais e da Renovação Carismática Católica no Brasil e de suas incursões na política partidária. O segundo capítulo diz respeito ao atual quadro religioso brasileiro e de como se dá a participação política de religiosos tratando de seus atores de maior destaque e de como se dá a concorrência religiosa no espaço público. O terceiro capítulo mostra o quadro religioso dos campos de pesquisa estudados a inserção de religiosos na política dessas cidades.

Os capítulos quatro e cinco enfocam nos objetos de pesquisa. O quarto capítulo analisa as trajetórias e campanhas políticas de Marco Feliciano e Evandro Gussi enquanto o quinto capítulo descreve as suas atuações em congresso nacional.

## Capítulo 1

# Panorama carismático católico e evangélico pentecostal

### Desenvolvimento do catolicismo carismático no Brasil

Iniciado por leigos no ano de 1967 na Universidade de Duquesne, em Pittsburg, Estados Unidos, a RCC teve o seu reconhecimento oficial em 1973 pelo papa Paulo VI. O movimento trouxe à tona os chamados dons do Espírito Santo, o que o faz ser chamado de *pentecostalismo católico*. Os carismáticos ganharam força na Igreja Católica principalmente por serem uma forma de resposta ao avanço evangélico pentecostal no país, se colocando como uma alternativa à expansão evangélica.

No Brasil foi introduzida pelos padres jesuítas Harold Joseph Rahm e Eduardo Dougherty (Prandi, 1997; Carranza, 2000), especificamente na cidade de Campinas, interior de São Paulo. A atuação se iniciou em duas formas de trabalho, os chamados Treinamentos de Lideranças Cristãs (TLC), cursos doutrinários para militantes do movimento, principalmente de grupos de oração. A outra iniciativa foram os chamados Cursilhos de Cristandade<sup>4</sup>.

A RCC se difundiu em território brasileiro de forma espontânea. Hoje, porém, a estrutura do movimento encontra-se racionalizada e sua expansão

---

4

atribuída principalmente a esquemas promocionais de marketing, contanto com redes televisivas e radiofônicas, jornais, panfletos dentre outros (Sofiat, 2011).

Tendo sua principal forma organizativa a partir de grupos de oração, o movimento carismático ganhou força no país principalmente com a nomeação do papa polonês João Paulo II. A RCC era uma alternativa à Teologia da Libertação (TL), movimento vinculado à esquerda latino-americana, que possuía até então bastante força (Prandi & Souza, 1996), sobretudo junto às camadas mais necessitadas da sociedade brasileira com sua articulação a partir das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). João Paulo II foi um dos principais combatentes do pensamento político de esquerda dentro da igreja, motivo pelo o qual se empenhou em enfraquecer a TL.

## **As ondas evangélicas pentecostais**

As agremiações evangélicas pentecostais tiveram a sua origem também nos Estados Unidos. Sua inserção em território brasileiro começou no início do século XX, a partir do que Paul Freston (1993) chamou de primeira onda pentecostal. A primeira igreja a se inserir foi a Congregação Cristã do Brasil, no ano de 1910, pelo missionário italiano Louis Francescon. A igreja Assembleia de Deus (AD), se iniciou no país já no ano seguinte. Trazida pelos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, sendo sua primeira sede firmada na cidade de Belém do Pará.

A segunda onda pentecostal foi caracterizada pelo pentecostalismo de cura divina. Se anteriormente o principal enfoque eram as manifestações do Espírito

Santo, sobretudo a glossolalia (oração em línguas estranhas), a partir da década de 1950 o enfoque passa a ser a cura do corpo por via religiosa. Chamada também de onda paulista, ela tem como sua principal representante inicial a Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada em São Paulo pelo missionário estadunidense Harold Edwin Willians, no ano de 1951 (SOUZA, 1969).

Essa onda foi marcada também pelo surgimento das primeiras igrejas evangélicas pentecostais brasileiras. A primeira fundada foi O Brasil para Cristo, em 1955, pelo pastor Manuel de Mello. Outra denominação de destaque é Deus é Amor, iniciada pelo missionário David Miranda no ano de 1962. Ambas fundadas na cidade de São Paulo.

A terceira onda pentecostal ficou conhecida como neopentecostalismo, teve sua origem principalmente na cidade do Rio de Janeiro, por isso é também chamada de Onda Carioca (Freston, 1993; Mariano, 1999). A sua principal característica é a ênfase na chamada Teologia da Prosperidade, em que, além da cura divina e outros “dons do Espírito Santo”, existe uma promessa material como carros, casas ou mesmo empregos melhores. Enfim, há ênfase no tempo terreno do indivíduo.

A primeira representante foi a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada por Edir Macedo Bezerra em 1977. Com grande investimento em meios de comunicação a IURD foi, até o censo demográfico de 2000, a denominação religiosa que mais cresceu no Brasil. A segunda principal representante da onda é a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), iniciada por Romildo Ribeiro Soares, um dos fundadores da IURD e cunhado de Macedo, que começou a IIGD após romper com a anterior no ano de 1980. Também são destaque

da terceira onda denominações como a Sara Nossa Terra, e a igreja que recentemente teve o maior crescimento demográfico: a Mundial do Poder de Deus, do chamado Apóstolo Valdemiro Santiago.

A partir da Teologia da Prosperidade as igrejas neopentecostais têm uma cosmologia mais adaptada à modernidade, já que não abdica dos bens de consumo do mundo capitalista em função de uma perspectiva espiritualista - como se justifica o catolicismo, por exemplo - mas ao contrário, se faz valer deles, de forma a se popularizar entre as classes de menor renda, território ocupado na década de 1980 principalmente pelos católicos da Teologia da Libertação e cultos afro-brasileiros.

## **Pluralismo e mercado religioso**

Segundo Peter Berger (1985), o pluralismo religioso tem consequências relevantes. O estado secularizado tem implicações em relação à esfera religiosa, cuja característica fundamental é a individualização, ou seja, a religião passa a ser cada vez mais individualizada. Nessa condição, ela deixa de ser imposta e passa a ser então uma escolha do indivíduo. A religião individualizada não tem mais o poder de construção de mundo, de um todo social, fica a ela restrita as condições de realidade fragmentada e é a partir dessa condição que surge o pluralismo religioso. No contexto moderno, as raízes religiosas não se expandem mais para todas as instituições sociais como o Estado ou a escola, ela se restringe cada vez mais apenas à família. É natural portanto que os indivíduos busquem por bases mais sólidas.

Esses contextos somados acarretam a formação de um *mercado religioso*, ou seja, a religião passa a compor o campo de escolhas do indivíduo. Em um ambiente plural, em que as tradições religiosas disputam a definição própria de mundo, elas passam a disputar a adesão do indivíduo que irá incorporar a sua definição. A submissão à tradição, antes imposta, agora é voluntária e como tal insegura. Ou seja, se antes a religião era transmitida hereditariamente era parte obrigatória da construção da liberdade do indivíduo em meio todo social que ele estava inserido, agora a adesão à determinada crença religiosa compõe o campo de escolhas individuais, como tal existe uma permissividade de câmbio ou mesmo rejeição. Cabe então às religiões a criação de mecanismos para manter esse indivíduo ou trazê-lo para si.

O pluralismo, porém não é somente religioso, não se restringindo a competições inter-religiosas. Nas condições atuais da modernidade são apresentadas ao indivíduo um amplo número de possibilidades de escolha, mesmo em relação a definições de mundo. Além disso, a religião cada vez mais vem perdendo sua característica de hereditariedade, centrando-se apenas na figura do indivíduo e não mais em instituições sociais. Como tal ela passa agora a compor essa gama de possibilidades modernas, o indivíduo pode ou não possuí-la. Portanto, na disputa pelo mercado religioso, as religiões não competem mais apenas entre si, mas também contra opções, etilos e filosofias seculares.

Nesse contexto, apenas a oferta de distintos bens de salvação não é mais suficiente. Em consequência, a disputa começa a resvalar nas outras esferas sociais. Inicialmente, ocorre a incursão na esfera midiática. Tal qual inaugurada nos Estados Unidos pelo pastor Oral Roberts, as filiações pentecostais no Brasil

começaram a adquirir emissoras e programas televisivos, sendo o grande marco a compra da Rede Record de Televisão pelo bispo da IURD Edir Macedo.

O catolicismo carismático acompanhou a disputa adquirindo seus empreendimentos no meio midiático. A primeira rede de televisão católica foi a TV Século XXI, do Padre Edward Dougherty, um dos fundadores da RCC no país. Tem destaque também as emissoras: TV Aparecida e Rede Vida. Mas ultimamente vem chamando muita atenção à emissora Canção Nova (CN). Fundada pelo padre Jonas Abib. A CN iniciou os seus trabalhos a partir dos anos 1980 com emissoras de rádio. Essa rede de televisão hoje abrange todo o país e alguns outros da América do Norte, Europa e África.

## **Pentecostalismo e política partidária**

A disputa porém não ficou restrita à esfera midiática, migrando também para a esfera política. A participação pentecostal ganha força a partir das eleições para a Assembleia Constituinte em 1986, em que a inauguração do modelo chamado de “candidato oficial” rendeu frutos e iniciou uma movimentação racionalizada dos evangélicos pentecostais em relação à política. Em seu início, a AD teve dificuldades para mobilizar os fiéis já que possuía até aquele momento uma postura apolítica, daí a necessidade de uma total reformulação do *ethos* político da igreja. A IURD porém não necessitou enfrentar o processo já que sua característica moderna permitia essa espécie de inserção nas outras esferas da vida em sociedade.

Segundo Saulo Baptista (2009), a facilidade que as igrejas evangélicas pentecostais têm para a mobilização de suas comunidades em função à política encontra-se também na própria cosmologia e teologia dessa vertente religiosa. As comunidades pentecostais têm comando autoritário e, como consequência, exercem maior controle sobre a vida dos membros. Soma-se isso a crença de salvação em que o fiel pentecostal vive “na luz” enquanto o resto “nas trevas”, por isso candidato evangélico seria menos corruptível e merece o voto. Somando-se esses fatores às características individualistas do protestantismo de missão explica-se o sucesso do modelo político do evangélico pentecostal em relação ao protestante histórico.

O modelo político racionalizado centralizado na figura de um candidato, representante da comunidade evangélica se dá da seguinte forma na AD: os candidatos interessados apresentam seus nomes a um conselho político interno, formado em sua maioria por pastores. Esse conselho seleciona pré-candidatos que poderão realizar as suas campanhas a um conjunto de pastores e a partir daí serão selecionados os candidatos oficiais da igreja. O conselho avalia também a quantidade de candidatos que deverá lançar, bem como os partidos em que esses candidatos serão inseridos, a partir de coeficiente eleitoral e condições de eleição (Baptista, 2009, p. 238).

É permitido que os candidatos rejeitados pelos conselhos se aventurem em campanhas da mesma forma. Os que assim fazem são geralmente os não selecionados no conselho político, já que os pré-candidatos não possuíram um aval anterior da cúpula da denominação . Há inclusive situações em que o candidato não escolhido pela igreja é eleito, enquanto o escolhido não. Segundo Geórgia Dafne

Sobreira Gomes (2010), nesse caso, o eleito possuiu a mesma “benção” por parte da igreja como se fosse ele o candidato oficial eleito.

Na IURD, a outra denominação pentecostal de maior destaque político, a eleição do candidato que não possuía a benção da igreja é praticamente impossível já que a comunidade acata de maneira menos resistente as determinações do conjunto clerical (Baptista, 2009). Soma-se a isso o fato de a igreja ter preferência como candidatos os membros da sua própria hierarquia.

Durante a iniciação científica com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre 2010 e 2011, pude fazer uma coleta de informações junto às principais casas legislativas do país a fim de contabilizar os eleitos religiosos, sobremaneira católicos declarados e evangélicos. Após cruzamento de dados, foi possível estabelecer um perfil majoritário do fiel escolhido como o candidato oficial.

O membro religioso escolhido como oficial é, em sua maioria, do sexo masculino, sendo que no Congresso Nacional o número de mulheres religiosas é inferior a 10%. São preferíveis candidatos que possuem exposição prévia de sua imagem, em sua maioria são pastores, bispos e oradores, além de exercerem ocupações como radialistas, músicos ou tele-evangelistas. Outra ocupação que se destaca é a do empresário, com a cifra de 18%.

É possível concluir que o candidato oficial reflete uma postura de supremacia masculina, comum na igreja católica mas presente de forma muito forte nas igrejas protestantes também, daí a maioria de seus candidatos serem homens. É importante destacar que essa maioria masculina reflete essa perspectiva de preferência no interior da comunidade religiosa já que os escolhidos para ocupar

cargo político ocupam posições de destaque público, no seio das igrejas, e sendo o destaque religioso masculino, os candidatos são, em sua maioria homens.

A condição econômica é explicada no seio da cosmologia neopentecostal. Se a Teologia da Prosperidade promete sucesso financeiro ao fiel, é natural que o pastor tenha condições financeiras elevadas, já que é figura de norte da fé. Como estratégia eleitoral os candidatos escolhidos são os ditos representantes escolhidos por Deus. Eles devem portanto ser fiéis exemplares e suas condições financeiras refletiriam sua fé interior.

Depois de eleito, a atuação política do evangélico pentecostal trouxe mudanças ao quadro político brasileiro. A começar pela criação da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Instalada oficialmente no dia 18 de setembro de 2003 (Baptista, 2009, pág 358), a FPE contou em seu início com 30 deputados, destacando-se as igrejas AD, IURD e Batista. Hoje, a frente é formada por 79 membros entre deputados e senadores. A composição é um pouco maior que na legislatura anterior quando possuía 75 membros. Sua atuação se espalhou pelo país, sendo reproduzida em grande parte das casas legislativas.

Apesar de apelidada como “Bancada Evangélica” pela grande mídia nacional a FPE não tem tamanha articulação interna já que é constituída por representantes de diversos partidos e diversas perspectivas políticas. A organização da frente parlamentar se dá através de cultos gerais<sup>5</sup>, organizados em salas do congresso e sobretudo em debates relativos a questões de moral sexual, como debates relativos ao homossexualismo, de bandeira religiosa, como a contrariedade ao aborto, e mesmo em perspectivas mais tradicionalistas, como a chamada “lei da

---

<sup>5</sup> Celebrações religiosas realizadas com o intuito de reafirmação da identidade religiosa dos parlamentares.

palhada”, legislação que pune por vias jurídicas agressões sofridas por crianças em ambiente familiar. Um dos marcos do episódio foi quando o deputado federal Francisco Eurico Silva, o Pastor Eurico Partido, do Partido Socialista Brasileiro (PSB-PE), que proferiu ofensas à apresentadora Xuxa Meneghel durante uma sessão da Comissão de Constituição de Justiça da Câmara<sup>6</sup>.

Apesar de concentrarem parte considerável do eleitorado, os deputados evangélicos não conseguiam encabeçar partidos mais tradicionais, conhecidos como legendas de “alto clero”. As lideranças partidárias eram, como de costume distribuídas entre os antigos “caciques”. Ou seja, parlamentares com considerável histórico no partido. Como consequência disso, os evangélicos possuíam reduzida voz em plenário, sendo obrigados a recorrer à FPE para a proposição de projetos de lei e similares. A solução encontrada foi a criação de partidos próprios, de forma a garantir aos religiosos encabeçem suas bancadas.

O pioneiro foi o Partido Social Cristão (PSC), associado principalmente à Assembleia de Deus. Reconhecido em suprema instância em 1990, quatro anos após a eleição constituinte, essa legenda tem como essência a chamada Democracia Cristã. Seus membros devem portanto possuir essa base, “Poderão se filiar ao PSC [...] e que aceitem expressamente respeitar e cumprir a Doutrina Cristã, manifesto e o programa do PSC”. (Estatuto do PSC, Título II, Sessão I Artigo 7º, 2007)

Desde sua formação, o partido tem realizado alianças para a sua base governista como a que favoreceu a eleição de Fernando Collor de Melo à Presidência da República em 1989. Após um período lançando candidaturas a esse

---

<sup>6</sup> Portal G1 dia 25/05/2014 - <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/xuxa-diz-que-deputado-que-criticou-na-camara-queria-minuto-de-fama.html>.

mesmo cargo, com o intuito de alcançar o reconhecimento do público, o PSC voltou então a seu modelo de alianças e coligações com o seu grande foco nos cargos legislativos, movimento esse válido até as eleições municipais de 2010, em que o partido previamente divulgou que teria candidatos a prefeito em todas capitais brasileiras, mas acabou optando pelo sistema de coligações, lançando candidatos apenas em Rio Branco, no estado do Acre, em Goiânia, Goiás, e elegendo apenas Ratinho Junior, filho do apresentador televisivo Ratinho, como deputado estadual na cidade paranaense de Curitiba.

Talvez o mais popular representante do PSC em plenário seja o deputado federal pelo estado de São Paulo, Marco Feliciano. Oriundo da cidade de Orlandia, Feliciano é pastor presidente da Assembleia de Deus Catedral do Avivamento. O deputado ganhou visibilidade ao assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, já que havia feito declarações homofóbicas e racistas em redes sociais. Dentre seus atos, destaca-se a recente aprovação do projeto redigido pelo também pastor evangélico João Campos de Araújo (PSDB – GO), popularmente conhecido como “cura gay”, que prevê permissão de psicólogos para tratarem casos de homossexualidade. Liderança da FPE, Feliciano resistiu às fortes pressões contrárias, permanecendo no cargo até o fim de seu mandato. O deputado foi reeleito com quase 400 mil votos, sendo o terceiro mais votado do estado.

Nas eleições de 2014, o partido apresentou com apenas dois candidatos para o executivo na esfera estadual, Eduardo Amorim em Sergipe e Mão Santa no Piauí, e um candidato ao senado, Gustavo Henrique, também no Piauí. Ao passo que para o cargo de deputado estadual, apresentou com 234 candidatos e

para o cargo de deputado federal foram 120 candidatos, com representantes em todos os estados.

Algo inusitado ocorrido nas eleições de 2014 foi a presença de um candidato à Presidência da República, com ostensiva identidade evangélica, para o cargo majoritário nacional. Everaldo Dias Pereira, ou Pastor Everaldo, como é seu nome de campanha. Pr. Everaldo nasceu no Rio de Janeiro onde construiu sua carreira política. O evangélico tem em seu histórico alianças com políticos ligados ao trabalhismo, como os apoios a Leonel Brizola e aos candidatos eleitos do Partido dos Trabalhadores (PT) Lula e Dilma. Nas eleições do 2014, porém, a bandeira levantada por Everaldo Pereira foi de cunho direitista, defendendo a redução do Estado e da intervenção estatal na economia através da privatização de serviços e empresas ligadas ao governo federal, sobretudo a Petrobrás.

Porém o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 foi marcado pelo inesperado falecimento do candidato à Presidência Eduardo Henrique Accioly Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) tal fato alterou a cena da disputa, inclusive insuflando o tema religioso já que a candidata que o substituiu foi Marina Silva, missionária da Assembleia de Deus.

Impossibilitada pela legislação eleitoral de efetivar a criação do partido Rede Sustentabilidade (REDE) em outubro de 2013, pelo qual concorreria como candidata à Presidência, Marina Silva foi obrigada a se filiar a outro partido, compondo a chapa do PSB, concorrendo ao cargo de vice-presidente ao lado de Eduardo Campos.

A eleição de um presidente declaradamente evangélico possuía então maior viabilidade na figura de Marina Silva, que já havia concorrido ao cargo na

eleição anterior, além de representar outras identidades como a ambientalista e, devido as suas, até então, reais chances de sucesso eleitoral, representava uma alternativa ao dualismo político entre PT e PSDB, impresso no cargo de presidente. Dessa forma a figura do pioneiro presidenciável Pastor Everaldo foi sendo gradualmente abandonado pelos fiéis e pastores evangélicos, a exemplo a declaração de apoio à Marina Silva em segundo turno por parte do pastor Silas Malafaia, antes do fim da primeira instância eleitoral<sup>7</sup>.

Nas eleições de 2010, a temática religiosa havia ganhado força dado que o candidato pelo PSDB, José Serra acusou a candidata do PT, Dilma Rousseff, de ser favorável ao aborto. A acusação perdeu força após uma denúncia de que a própria esposa do político tucano, Sylvia Mônica Allende Serra, teria feito um aborto durante o exílio do casal<sup>8</sup>. Em meio a essa disputa Marina Silva fez o caminho inverso, que conseguiu com certo êxito: o de desconstruir a sua imagem religiosa. Essa identidade era forte na candidata uma vez que a sua própria militância se iniciara através do seu envolvimento com a Teologia da Libertação e, posteriormente, a conversão à Assembleia de Deus. Marina Silva, na ocasião pelo PV, iniciou a sua campanha de afastamento religioso, com ênfase em questões ambientais e defendendo plebiscitos sobre assuntos delicados como o citado no início do parágrafo.

No pleito de 2014, porém, um episódio específico marcou a candidatura de Marina. Ela apresentou o seu programa de governo no dia 29 de agosto, havendo entre outras pautas, uma série de propostas que atendiam a população LGBT – Lésbicas Gays Bissexuais e Transgêneros, movimento social

---

<sup>7</sup> O Globo 02/09/2014 - <http://oglobo.globo.com/brasil/malafaia-declara-apoio-marina-em-provavel-segundo-turno-13805108>

<sup>8</sup> [www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201011.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201011.htm) – Folha de São Paulo dia 16/10/2010

pautado em questões de gênero – das quais se destacavam a criminalização da homofobia e legalização do chamado “casamento gay”. Logo após o lançamento da campanha, houve uma mobilização evangélica nas redes sociais, sobretudo do pastor Silas Malafaia da vertente assembleiana Vitória em Cristo, que se manifestou mais de uma vez em eu *twitter*, de forma inclusive ameaçadora à presidenciável

“Aguardo até segunda uma posição de Marina. Se isso não acontecer, na terça será a mais dura fala que já dei até hoje sobre um presidenciável”<sup>9</sup>

Em um intervalo inferior a 24 horas, ocorreu uma alteração no plano de governo do PSB em que os polêmicos itens citados acima foram retirados. Na mesma rede social, Malafaia agradeceu a pressão realizada pelos evangélicos, alegando que o programa “Melhorou muito”<sup>10</sup>.

Apesar de a candidata e o partido alegarem que as alterações não se deram devido ao episódio virtual, a temática religiosa ganhou força maior do que possuía anteriormente. A candidata Dilma Rousseff, ao mesmo tempo em que se aproximou dos grupos LGBTs, propondo a criminalização da homofobia, tomou providências para acelerar a tramitação do projeto proposto em 2009 intitulado Lei Geral das Religiões, que havia estacionado na Comissão de Assuntos Sociais no Senado, que coloca no mesmo patamar perante o Estado, ao menos do ponto de vista jurídico, a Igreja Católica e as demais denominações religiosas.

Contudo, o primeiro turno do pleito eleitoral de 2015 se encerrou porém com a confirmação dos candidatos Dilma Rousseff do PT e Aécio Neves do PSDB. O insucesso eleitoral de Marina Silva não se deu por uma teórica distribuição de

---

<sup>9</sup> Citação retirada da Rede Social de Silas Malafaia - <https://twitter.com/PastorMalafaia> - dia 30/08/2014

<sup>10</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1508640-melhorou-muito-diz-malafaia-apos-revisao-de-trechos-do-programa-do-psb.shtml> - Folha de São Paulo dia 30/08/2014

votos entre ela e Everaldo Pereira, já que mesmo os votos de ambos os candidatos somados não garantiria um segundo turno frente a votação de Dilma e Aécio.

O resultado do primeiro turno das eleições demonstra que apesar de importante, o voto evangélico, aqui descrito como o voto motivado por identificação religiosa com candidatos de mesma fé ou mesmo motivado por líderes religiosos, é decisivo apenas em situações eleitorais de extrema competitividade. A porcentagem dos votos de candidatos evangélicos ou apoiados por, é inferior ao contingente populacional que o grupo religioso possui no país. Como tal, apesar de importante em muitos casos, a identidade religiosa não é a única mobilizada na escolha de um representante político.

Com perspectiva política similar à da AD, a IURD também encabeçou a criação de um partido. Até 2004, a denominação tinha ligação com o extinto Partido Liberal (PL) – atualmente, junto com o também extinto Partido da Retificação da Ordem Nacional, o PRONA, formam o Partido da República– porém com o envolvimento da legenda em casos de corrupção, a IURD preferiu desvincular o seu principal representante político Marcello Crivella, bispo e conhecido artista musical da igreja que ocupa hoje uma cadeira no Senado, como representante do Rio de Janeiro, tendo sido ministro da Pesca no governo de Dilma Rousseff.

A formação do então Partido Municipalista Renovador (PMR) se deu em 2005 e no ano seguinte, mudou seu nome para Partido Republicano Brasileiro (PRB). A sua articulação política porém se diferencia um pouco da do PSC. O PRB não é declaradamente um partido pertencente a IURD ou com vinculação a qualquer outra igreja, apesar de a grande maioria de seus membros, além dos ocupantes dos principais cargos partidários e seus financiadores, ser composta por membros da

IURD. As suas pautas e projetos políticos são pensadas a partir de ideologias políticas de direita, sem a presença da chamada Democracia Cristã.

Segundo Geórgia Dafne Gomes (2010), as atuações do PRB em plenário são relativamente discretas. As suas preposições são de direita, sem porém ter grande inclinação para o neoliberalismo, visto que os fiéis da IURD, e consequentemente eleitores do partido, são em maioria de classes sociais baixas. A identificação com as perspectivas religiosas se dão principalmente, tal como nos outros partidos, mediante o debate de questões de moral sexual ou de caráter mais tradicionalista, como descritas anteriormente.

Como dito, o principal representante partidário é o bispo iurdiano Marcelo Bezerra Crivella. Ele ingressou na política partidária em 2002, sendo eleito já para o cargo de senador que prosseguiu por dois mandatos até ser nomeado em fevereiro de 2012 como ministro da Pesca pela presidente Dilma Rousseff. O bispo deixou o cargo em março de 2014, planejando engrenar a disputa para o governo do Rio de Janeiro pela terceira vez, além de já ter disputado o cargo de prefeito da capital nos anos de 2004 e 2008. Um mês antes do pleito, ocupava o terceiro lugar nas pesquisas, estando na primeira colocação o também evangélico, presbiteriano, Anthony Garotinho.

Além do PSC, há outros partidos com certa filosofia ou identificação religiosa, a maioria representando já em sua legenda como o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC). As atuações desses, porém, são muito mais discretas, não possuindo efetivamente representatividade na maioria das unidades federativas.

Com a grande perda de espaço para os pentecostais, a Igreja Católica tem apoiado iniciativas do movimento carismático também em termos de participação política, através da elaboração de um modelo eleitoral que ao menos lembra o dos grupos evangélicos (Silveira, 2008; Reis, 2011). O sistema de “candidato oficial”, em que um membro tem total apoio da comunidade, apesar de utilizada nas eleições municipais da capital catarinense Fortaleza (Miranda, 1999), não é exatamente a medida adotada pela comunidade carismática católica. Ao contrário da figura política oficial a Renovação Carismática Católica tem como forma de atuação o apoio à candidatos que se destacam como figuras individuais, através de exposição televisiva, musical, letrária e afins.

## **Renovação carismática e política partidária**

O projeto político da RCC se iniciou de maneira discreta, já que a sua grande bandeira para se fortalecer no ambiente católico foi a crítica à TL, voltada demasiadamente para a política. Por isso, a participação política dos carismáticos católicos era, no início, incongruente.

Inicialmente, os candidatos vinculados à RCC se filiavam ao PSDB, tendo sido o movimento carismático também grande apoiador de Fernando Henrique Cardoso na campanha para a Presidência da República em 1994 (Prandi, 1997). Mas o cenário mudou, uma nova forma de fazer política do movimento católico pulverizou os parlamentares carismáticos, em diferentes legendas (Reis, 2011). Entre os políticos carismáticos, destaca-se o deputado federal paulista Gabriel Chalita, hoje no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Oriundo da comunidade carismática Canção Nova, Chalita construiu carreira no PSDB como vereador do município de Cachoeira Paulista, sendo também secretário de Juventude e de Educação no governo estadual de Geraldo Alckmin. Transferiu-se para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), dando relevante apoio à candidatura presidencial de Dilma Rousseff, depois foi para o PMDB, vindo a ser o quarto colocado na eleição paulistana de 2012. Chegou a ser cotado para assumir um ministério no governo de Dilma Rousseff, mas algumas acusações de enriquecimento ilícito impediram tal feito e fez diminuir bastante seu capital político. Após não se recandidatar ao cargo de Deputado Federal em 2014 aceitou o convite do prefeito Fernando Haddad de São Paulo para assumir a secretaria da educação da cidade. A comunidade Canção Nova não se pronunciou sobre o ocorrido em nenhum meio oficial de relevância pesquisado.

Outro expoente político do movimento carismático é o Deputado Federal Salvador Zimbaldi. Eleito inicialmente também pelo PSDB, Zimbaldi teve passagem pelo PSB, depois PDT e hoje é membro do PROS (Partido Republicano da Ordem Social). Caracterizado por ser um empresário do ramo de construção civil, o deputado tem carreira política apoiada pela RCC, principalmente pelo padre jesuíta Eduardo Dougherty, dirigente da TV Século XXI, desde sua primeira candidatura nas eleições do ano de 1994. O político exerceu quatro mandatos consecutivos e, apesar de expressiva votação, não conseguiu uma quinta reeleição devido a baixo coeficiente eleitoral de seu partido.

O apoio da RCC somado ao capital social já construído pelo pai promoveram a eleição de Rafael Fernando Zimbaldi, filho de Salvador Zimbaldi,

como vereador da cidade de Campinas. O político filiado ao Partido Progressista encontra-se em seu terceiro mandato.

Outro deputado também apoiado por Eduardo Dougherty é o mineiro Odair Cunha – PT. Dentre os elogios tecidos pelo sacerdote ao político de Minas Gerais, é destacada a expansão da TV Século XXI para aquele estado: “ele (Odair Cunha) tem ajudado muito a TV Século XXI, a nossa expansão, conseguindo mais canais de televisão aí em Minas Gerais” (Procópio, 2012, p.88).

De modo semelhante à Assembleia de Deus com o PSC e da IURD com o PRB, a Renovação Carismática abriu também espaço para a criação de um partido. Sob a perspectiva da Doutrina Social Cristã e da Solidariedade, foi formado o Partido Solidarista Nacional (PSN) em 1995. Em 1999, a legenda uniu forças com o não homologado Partido Humanista Democrático do Brasil (PHDB) e no de 2000 passou a se intitular Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

Com referências a Deus em seu estatuto, o PHS tem se articulado principalmente através de coligações para cargos majoritários concentrando sua candidaturas mais em cargos no Legislativo já que contou em 2014 com 217 candidatos a Deputado Estadual e 148 candidatos a Deputado Federal distribuídos entre todo o território brasileiro. O partido lançou apenas um candidato a senador pelo estado de Mato Grosso e três candidatos a governador pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, sendo que nenhum foi eleito.

Cabe enfatizar o fato da não exclusividade religiosa nas adesões partidárias. Em já citada pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012 foram encontrados parlamentares católicos eleitos por partidos ditos evangélicos,

principalmente o PSC. São muitos também os candidatos evangélicos lançados a partir do PHS.

Os partidos vinculados a instituições religiosas não possuem também a exclusividade de políticos religiosos, principalmente as figuras mais tradicionais na política partidária brasileira. Visto no caso dos católicos carismáticos que seus principais representantes se encontram pulverizados em diversos partidos, como Gabriel Chalita no PMDB, Salvador Zimbaldi hoje no PROS, Rafael Zimbaldi no PP ou mesmo o deputado estadual Reinaldo Alguz, filiado ao Partido Verde (PV). Isso vale também para o universo evangélico, como por exemplo o ex-deputado federal, ex-deputado estadual e ex-vereador da cidade de São Paulo, Carlos Alberto Eugênio Apolinário, membro da Assembleia de Deus. Estando hoje no Partido Democrático Trabalhista (PDT), Apolinário teve passagem por diversas legendas, sendo que nenhuma delas possuía direta vinculação religiosa.

O histórico de representação política dos grupos religiosos pentecostais demonstra as suas capacidades articulativas bem como a sua racionalidade em elaboração de estratégias políticas. Ou seja, o acúmulo de capital cultural e simbólicos relativos aos campos religioso e político, por parte de líderes religiosos, permite a criação de um “*habitus*”, como define Bourdieu, conjunto de práticas coerentes com as normas dos determinados campos, possibilitando ascensão no campo e capacidade modificação do mesmo. Dessa forma as estratégias são frutos da construção desse *habitus* e da capacidade da utilização do capital cultural e simbólico para o mesmo.

Como descrito anteriormente, as denominações religiosas construíram essa capacidade de ascensão política a partir, inicialmente, de sua capacidade de

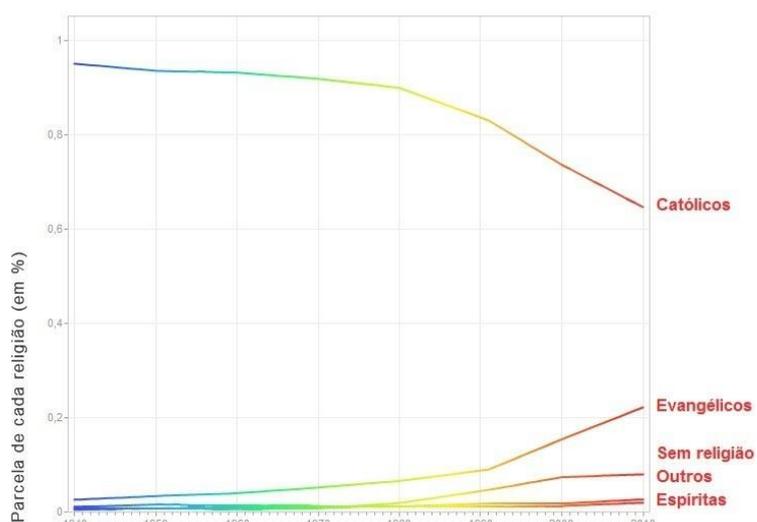
modificação do campo religioso. Ou seja, tanto as denominações evangélicas pentecostais quanto a Renovação Carismática Católica passaram por processos de modificação de postura política motivados por seus líderes. O conhecimento e ascensão dentro do campo religioso permitiram a modificação dessa perspectiva política que antes era de afastamento e agora incentiva essa participação. As estratégias a partir do *habitus* construído vão desde a escolha de qual personalidade é mais adequada para a representação religiosa em parlamento ou mesmo a criação de partidos, que permite a desvinculação e subordinação de legendas maiores ao mesmo tempo que dá aos religiosos moedas para barganha política.

## Capítulo 2

### **Presença político-partidária nacional e no contexto pesquisado**

A participação política bem como as capacidades de mobilização eleitoral das filiações religiosas pentecostais, protestantes e católicas, não podem ser entendidas sem a compreensão do cenário religioso em que estão inseridas. O entendimento do atual panorama religioso do estado de São Paulo, é vital para a compreensão dos fenômenos estudados na pesquisa.

Os dados do censo demográfico de 2010 mostraram outra vez duas tendências no quadro religioso brasileiro. O percentual de evangélicos que era de 16% da população em 2000 chegou em 2010 a 23%, ou seja, um crescimento percentual de 6%, aproximadamente 16 milhões de pessoas. O número é ainda mais expressivo se considerado o censo de 1990, em que representavam 9% da população. Esse crescimento vem acompanhado da constante diminuição do contingente católico, que era 74% em 2000 e decresceu para 64% em 2010, ou seja, quase dez pontos percentuais de diferença.



11

O Estado de São Paulo mantém em seu território um quadro religioso muito similar ao do país como um todo, já que cerca de 57% de sua população se declara católica, um total de 24.894.716 indivíduos. As igrejas protestantes somam 16%, uma população de 7.152.375 indivíduos, desses apenas aproximadamente 15% são adeptos das protestantes de missão, ao passo que 85% da população evangélica do estado é de origem pentecostal. Essa cifra tem certa alteração em nível nacional, os evangélicos de missão somam aproximadamente 18% do contingente enquanto os pentecostais 60%, a diferenciação está no número de evangélicos de outras denominações ou que não possuem uma religião específica que é de 22%.

<sup>11</sup> Estadão Dados - <http://estadaodados.com/religiao/>

<b>Religiões</b>	<b>População</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Católicos<sup>12</sup></b>	24.894.716	60
<b>Protestantes de Missão</b>	1.064.243	2
<b>Evangélicos Pentecostais</b>	6.088.132	15
<b>Evangélica não Determinada</b>	2.785.478	7
<b>Outras Religiões</b>	3.265.123	8
<b>Sem Religião</b>	3.154.468	8
<b>Totais</b>	41.252.160	100

## **Contexto político específico**

O Estado de São Paulo tem massiva participação religiosa, principalmente em relação ao poder legislativo. Entretanto, o Estado não conta com participantes no Senado Federal, aliás apenas seis Estados possuem representantes religiosos na casa: Espírito Santo, Acre, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Bahia.

A partir de extensa coleta de dados realizada durante a pesquisa de iniciação científica foi estabelecido o panorama da representação religiosa do estado de São Paulo em congresso nacional. Na legislatura de 2010/2014, das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados 15% forma ocupadas por deputados declaradamente religiosos, ou seja, 83 deputados. Dentre esses, São Paulo deteve o segundo maior número de representantes, 13 deputados, sendo superado apenas

---

<sup>12</sup> Estão compelidos no número de católicos, além da população Católica Apostólica Romana, também a população Católica Apostólica Brasileira e Católica Ortodoxa

pelo Rio de Janeiro com 16. Sendo 70 o número total de cadeiras para o estado de São Paulo, os religiosos ocupam 19% do total. A grande maioria é de evangélicos, compondo nove representantes diluídos entre oito diferentes denominações. Os católicos somavam três, sendo todos ligados ao movimento carismático. Além desses, também o deputado José Carlos Vaz de Lima (PSDB), que se identifica apenas como cristão, não declarando sua filiação religiosa.

São Paulo é também o estado com a terceira maior porcentagem de representação religiosa em seu próprio parlamento estadual, com 17 dos 94 membros da Assembleia Legislativa. É interessante notar que a proporção segue praticamente a mesma que existente entre os eleitos pelo mesmo estado em esfera federal: 18%. Dos deputados encontrados, três se identificam como católicos. Onze parlamentares se declararam como evangélicos. Entre eles haviam representantes de outras denominações neopentecostais, além da IURD, como a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus, também com deputados que haviam sido antes seus candidatos oficiais.

É notória a discrepância entre eleitos evangélicos e católicos com identidade religiosa propalada, pois há vários católicos que não expõe suas identidades religiosas em seu material de campanha e páginas de identificação pessoal. Isso demonstra que as igrejas pentecostais estão organizadas politicamente de forma bem superior ao movimento pentecostal católico. Na Câmara de Deputados, os pentecostais possuíam até ano de 2012, 42 representantes, ao passo que os carismáticos católicos eram apenas 6 e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) os números são de 9 evangélicos pentecostais para apenas dois católico carismáticos, ambos filiados ao Partido Verde. Os evangélicos

também estão presentes no Senado. A força política dos evangélicos pentecostais é de fato maior que a dos carismáticos católicos. Em face dessa intensa mobilização política pentecostal, a RCC parece ter começado a buscar um modelo ao menos semelhante a dos evangélicos.

Das duas igrejas pentecostais evangélicas de histórico destaque político encontram-se três representantes por São Paulo, um pela AD e outros dois pela IURD. Da primeira, o empresário e missionário José Olímpio, do Partido Progressista (PP). Os pertencentes à segunda são o bispo e apresentador televisivo Antônio Bulhões, do PMDB, e Otoniel Lima, do PRB, partido vinculado à própria igreja. Ligados à RCC são os já mencionados escritor e apresentador televisivo Gabriel Chalita, do PMDB, o empresário Salvador Zimbaldi Filho, atualmente no Partido Republicano da Ordem Social (PROS), além do advogado e pregador Hugo Leal, também do PROS.

Já em esfera estadual, a presença da AD é a mais representativa na ALESP, com três deputados: o pastor Adilson Rossi do PSB, o pastor Dilmo dos Santos, do PV e o atual presidente do Instituto Teológico Betel do ABC José Bittencourt, do PSD. A IURD conta com dois deputados: o comerciante Gilmasi Santos do PRB e o pastor Milton Vieira do PSD. A Renovação Carismática tem como seus deputados o empresário Reinaldo Alguz e o padre, da comunidade carismática Bom Pastor da cidade de Taubaté, Afonso Lobato, ambos pertencentes ao PV.

O estado de São Paulo é o mais populoso de todo o território nacional, possuindo inclusive uma população superior ao dobro do estado do Rio de Janeiro, o terceiro mais populoso. É natural, portanto que o estado concentre em si parcelas

dos mais diferentes grupos sociais. O estado é também um dos que possuiu maior concentração urbana do país: cerca de 96% do total. Como já trabalhado por Weber (1991), essas condições propiciam o surgimento e o afloramento de novas religiões,. A proximidade entre diferentes grupos confessionais no contexto urbano leva também à disputa direta dentro no mercado religioso. É portanto natural que o estado apresente essas condições de disputa transpassadas para a esfera política, tornando-o um rico cenário de estudo.

## **Atuação política**

A participação religiosa na esfera pública tem sido constantemente trabalhada e debatida nas ciências sociais. Como consequências de suas eleições esses parlamentares levam aos plenários pautas relativas a seus curras eleitorais, ou seja, relativas à questão especificamente religiosa e motivadas pelos códigos de conduta de suas agremiações. Destacam-se as questões relacionadas à moral sexual e reprodutiva, assim como as reivindicações por concessões de rádio e televisão.

O deputado federal Marco Antônio Feliciano (PSC-SP), pastor da ramificação Madureira da Assembleia de Deus, ganhou notoriedade nacional após ser nomeado como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Eleito principalmente devido aos votos da cidade de Orlândia, Feliciano já era anteriormente reconhecido nacionalmente pelo público evangélico, pois, além de empresário e fundador de sua ramificação assembleiana, também exercia as

posições religiosas de pastor, cantor e conferencista, sendo convidado a pregar em diversas cidades do país.

Polêmico, o pastor era conhecido do público não religioso por declarações em redes sociais de cunho homofóbicas e de certo caráter racista, baseadas em citações bíblicas. Sua nomeação para presidir a CDHM em 7 de março de 2013 gerou um significativo debate no país, a começar na própria comissão com o afastamento imediato de deputados que não concordavam com a sua nomeação como: Érika Kokay (PT-DF), Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Luiza Erundina (PSB-SP). Houve inclusive pressão popular diante da posição ocupada pelo deputado, sendo o seu afastamento da comissão<sup>13</sup> uma das reivindicações mais presentes nas manifestações de junho de 2013.

Apesar da grande pressão de movimentos sociais Feliciano permaneceu no cargo até o final de sua gestão em 18 de dezembro do mesmo ano, sendo sucedido pelo deputado Assis Couto (PT-PR). Em sua atuação foram debatidos temas polêmicos, dentre os quais se destacam a aprovação de dois projetos de lei do deputado João Campos (PSDB-GO), o PL 5099/2013, que qualifica como crime contra a vida o aborto - projeto que atualmente se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) - e do PL 234/2011, conhecido como “cura gay” - o projeto retirava a proibição ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) de tratar como doença a homossexualidade. Este, porém, foi retirado pelo próprio deputado que o havia proposto, devido à grande polêmica gerada.

---

<sup>13</sup> Revista Carta Capital dia 07/03/2013 - <http://www.cartacapital.com.br/politica/pastor-marco-feliciano-e-eleito-para-presidir-comissao-de-direitos-humanos>

Apesar da grande polêmica, a CDHM não é tradicional preferência entre os evangélicos, mas a nomeação de um presidente vinculado ao PSC se deu principalmente devido a acordos políticos. Ocorreu também devido à preferência de outras comissões, consideradas mais importantes como a CCJC, por exemplo, pelos parlamentares conhecidos como do “alto clero”, sendo então as comissões como a CDHM restritas aos deputados de “baixo clero” da base aliada do governo federal.

A grande movimentação evangélica é principalmente em comissões como a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática (CCTCI). Ela é a principal responsável por habilitar concessões de transmissão de canais de rádio ou de televisão e, portanto, de grande interesse religioso em suas atuais estratégias de evangelização, em que os empreendimentos midiáticos são essenciais. Dos 18 deputados religiosos declaradamente empresários, cinco possuem concessões de rádio ou televisão, ou seja, aproximadamente 30%. É então na CCTCI que se manifestam os primeiros lampejos de disputa religiosa, pois a estratégia midiática tem sido também efusivamente adotada pelos católicos, sobretudo os afiliados à RCC.

A atuação em comissões não se restringe à justificativa de votos ou ampliação do arsenal religioso. O jogo político de alianças e acordos distribui parlamentares entre as diferentes atribuições através de acordos de apoio em plenário, ou eleitoral, negociados em nível partidário. Essas articulações colocam deputados em comissões e posições por motivos anteriores as suas próprias convicções, sendo exemplo o caso do próprio deputado Marco Feliciano. Esses trajetos obrigam os parlamentares a serem condizentes com a posição que ocupam, propondo legislações que muitas vezes não têm haver com seu interesse pessoal ou

seu gabarito de campanha. No exemplo da deputada Lauriete (PSC - ES), empresária, cantora gospel e integrante da Comissão de Defesa do Consumidor, sendo de sua autoria o PL - 2862/2011, que visava obrigar os fabricantes de aparelho celular a disponibilizar outro aparelho ao consumidor em caso de defeito do produto durante o prazo de garantia.

Outro fator que diferencia as formas de atuação dos parlamentares religiosos são as questões partidárias propriamente ditas. Apesar da existência de partidos vinculados indiretamente a igrejas, a maioria dos parlamentares religiosos é pulverizada entre os partidos. Do total de 83 deputados federais religiosos encontrados, apenas 20 são filiados à partidos com conotação religiosa, incluindo o PHS. Essa pluralização partidária é fator também da multiplicidade de perfis de atuação dos membros do Legislativo.

## **Concorrência entre protestantismo e catolicismo**

O embate entre protestantes e católicos se manifesta na esfera pública em diversas ramificações, sobretudo em uma justificativa de igualdade de direitos, em grande medida simbólicas. O Estado brasileiro, até há pouco tempo, lidava com uma massiva e inquestionável supremacia católica na sociedade. Além de contingente populacional, o clero católico também gozava de determinadas regalias que aos poucos passaram a ser questionadas.

As consequências disso são constantes manifestações religiosas em espaços laicos. São exemplos disso os nomes de unidades federativas em

homenagem a santos católicos como Santa Catarina e São Paulo. Somam-se a esse contexto grande quantidade de municípios, e inclusive obras e espaços públicos, como parques e praças. Mas talvez um dos mais visíveis frutos da histórica aproximação entre Igreja Católica e Estado são os diversos feriados religiosos, não compartilhados com outras religiões como por exemplo as festas de *Corpus Christie*, a Semana Santa, o dia de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil.

Ora, a grande motivação para a inserção dos evangélicos pentecostais nas eleições constituintes de 1986 foi o boato sobre uma possível volta à supremacia católica de outrora. É natural, portanto, que determinados símbolos de aproximação entre o catolicismo e o Estado sejam combatidos pelos evangélicos, sobretudo pentecostais.

É nessa perspectiva que projetos de lei são elaborados, a fim de que os evangélicos consigam direitos similares aos dos católicos. Uma vitória conseguida já na Constituinte foi relativa a polêmica presença de crucifixos, símbolos adotados por católicos, em casas dos poderes Legislativo e Judiciário. A partir da mobilização evangélica, a presença de uma Bíblia, também foi incluída. Outra iniciativa diz respeito à nomeação de praças, as tão comuns Praças da Bíblia, presentes em grande parte dos municípios brasileiros, inclusive nas cidades de São Paulo, Campinas e Bauru, selecionadas para campo (Ranquetat Jr, 2012).

Outra reivindicação das igrejas protestantes é a de um feriado evangélico, que seria em 30 de novembro, o Dia Evangélico, a data já é comemorada por vários setores do segmento religioso. Proposto pelo deputado Cleber Verde (PRB -MA) e aprovado nas duas instâncias legislativas nacionais como Lei N°12.328, foi sancionada ainda em 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula

da Silva. A data é, no entanto, apenas comemorativa e não ponto facultativo, com a exceção do Distrito Federal, que já havia sido pioneiro através da lei nº 963, sancionada em dezembro de 1995, considerando feriado o dia 30 de novembro.

O cenário político como campo de enfrentamento religioso tem talvez como caso mais ilustrativo a chamada Brasil-Vaticano e a Lei das Religiões. Assinada em novembro de 2008 pelo presidente Lula, a concordada constitui um acordo que regulamenta a atuação e o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Possui 20 artigos, os quais trata de temas como isenções fiscais, proteção de lugares de culto, assistência espiritual em hospitais e presídios, ensino religioso em escolas públicas, proteção do patrimônio histórico e cultural da igreja Católica, entre outros. O acordo foi encaminhado ao Congresso Nacional em 2009, tramitando em regime de urgência e sancionado no ano seguinte pelo presidente Lula (Giumbelli, 2011).

O acordo gerou discórdia entre os parlamentares, considerando que ele feria a característica laicista do Estado brasileiro, já que garantia privilégios à Igreja Católica. Se de um lado lideranças católicas afirmavam que o acordo não feria a laicidade, do outro os deputados da FPE se mobilizaram, considerando que ele concedia à igreja mais prerrogativas do que às outras, de alguma forma ferindo o princípio da liberdade de crenças e diversidade de culto.

Foi nesse contexto que o deputado George Hilton (PP - MG), membro da IURD, apresentou em plenário o projeto que ficou conhecido como “Lei das Religiões”. Tal projeto adaptava os 20 artigos do acordo com a Santa Sé, expandindo para as outras religiões.

Em junho de 2013, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou internamente esse projeto de lei, devendo ser levado à votação em plenário do Senado, embora ainda sem previsão e, caso seja aprovado, retornar à Câmara dos Deputados, uma vez que a proposta foi alterada pelos senadores <sup>14</sup>

A inserção de evangélicos pentecostais na política partidária, portanto, passa à questionar privilégios historicamente concedidos à igreja católica, ou mesmo recentes regalias. Esse questionamento porém não gira em torno de uma perspectiva laicista, ou seja, a existência dos privilégios não é questionada, o que ocorre é uma proclamação dos mesmos para igrejas protestantes, tornando o espaço público um campo de disputa religiosa.

## **Religiões e sociedade civil**

Ao mesmo tempo em que as religiões levam suas disputas internas para a esfera política, ocorre também outra disputa, entre elas e a sociedade civil. Existem certas características e códigos de conduta que são comuns entre as principais denominações cristãs no cenário religioso brasileiro, esses giram em torno principalmente de questões sobre o que as religiões denominam como defesa da vida, que compele posições contrárias a respeito de práticas abortivas legalização de drogas e similares.

Outras questões que caracterizam uma maior participação religiosa são a respeito da moral sexual. Essas chamam atenção também porque ocorre um enfrentamento com os novos movimentos sociais, a exemplo os feministas e,

---

<sup>14</sup> O Estado de São Paulo 13/04/2013

principalmente, o movimento LGBT. São nesses momentos em que ocorrem as alianças, em função de campanhas mobilizadoras e votos uníssonos, que a “Bancada Evangélica” e a “Bancada Católica” dão lugar a apelidada “Bancada Religiosa”, exercendo pressão sobre demandas liberais da sociedade civil.

Exemplos são inúmeros, como o debate do casamento entre homossexuais ou o chamado Estatuto do Nascituro, em que a condição de humano é reconhecida a partir da concepção. O projeto, portanto garante direitos de vida a fetos, classificando o aborto como homicídio. O Estatuto conta com clausula polêmica relativa ao estupro, em que é proibida a interrupção de uma possível gravidez e, se for identificado o autor, ele é obrigado a prover pensão alimentícia. O projeto foi de conflito principalmente com o movimento feminista que afirma que o direito sobre o corpo da mulher se tornaria prerrogativa do Estado e criaria também uma contínua situação de contato entre o estuprador e a vítima.

O caso que talvez melhor exemplifica a questão da capacidade de pressão dos grupos cristãos sobre o Congresso Nacional e também sobre o governo federal é da mudança do novo Código Civil, no ano 2003. No dia 11 de Janeiro daquele ano, entrou em vigor o novo Código Civil brasileiro, contendo alterações também em relação às entidades religiosas. Essas alterações causaram grande alvoroço entre agremiações, sobretudo entre as igrejas pentecostais. Isso mobilizou fortemente grupos cristãos do país: católicos, evangélicos de missão e pentecostais, como veremos.

Os anos de 2002 e 2003 foram agitados em relação às questões debatidas sobre o novo Código Civil, igrejas promoviam simpósios e encontros para a discussão de suas novas normas. Em defesa da mesma liberdade religiosa que

motivou a participação de evangélicos pentecostais na política partidária, partiram então as igrejas para a disputa no espaço público. Juristas evangélicos publicaram livros a respeito intervenção estatal na igreja. Apoiados por passagens bíblicas tais como “Dai a César o que é de César e dai a Deus o que é de Deus (Mt 22.21)”, (Mariano, 2006). Segundo então os próprios pentecostais, esse contexto incluiu no Código Civil uma certa perseguição religiosa as suas igrejas.

Não se sabe efetivamente se tais fatos e demandas influenciaram os elaboradores do novo código civil, em sua decisão de classificar os grupos religiosos como associações, impondo-lhes, assim, novas exigências legais. Para muitos evangélicos, porém, não pairava a menor dúvida de que o Estado pretendia, por meio da nova legislação, expandir seu poder, seu controle e sua fiscalização sobre as igrejas evangélicas.<sup>15</sup>

Em princípio, a mudança do Código Civil girava em torno da classificação das igrejas. Se no código de 1916 as organizações religiosas eram denominadas “sociedades religiosas” em 2003 elas passariam a ser classificadas como “organizações religiosas”, definidas por serem grupo de pessoas reunidas sem intensão financeira. Ou seja, as igrejas seriam reconhecidas legalmente de modo semelhante à ONGs, associação de moradores, clubes esportivos, entre outros. Tal modificação colocaria então as instituições religiosas sob compromissos legais, incluindo a obrigatoriedade de realização de assembleias conforme estatutos aprovados por seus associados. Vários foram os artigos do código para os quais as igrejas se voltaram. O Artigo 50, por exemplo, que previa que em caso de abuso de personalidade poderia ser decidido um requerimento por parte do Ministério Público, aplicando uma pena sobre os bens particulares dos administradores, tais como

---

<sup>15</sup> MARIANO, Ricaro A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. Civitas, v. 6, n 2, p. 77-99, 2006.

penhora, confisco, multa ou mesmo prisão de quem descumprisse a lei. Outro ponto que chamou a atenção foi o Artigo 57 que previa a exclusão de um membro apenas por justa causa. As condições para essa exclusão deveriam estar previstas no estatuto da associação religiosa. Não somente o ex-membro poderia recorrer da decisão, por via legal, e se provado caso de constrangimento público era possível que a associação fosse obrigada a indenizar o indivíduo por danos morais. A não aprovação do artigo em questão tem como caso ilustrativo o episódio envolvendo ex-sacerdote conhecido como Padre Beto, do município de Bauru, que após declarações realizadas em um vídeo na internet foi excomungado pelo bispo da sua diocese. Beto moveu vias legais para que a decisão fosse recorrida. O fim do caso porém não modificou a sua nova posição de simples membro da sociedade civil.<sup>16</sup>

A questão indenizatória alarmou também religiosos em função de suas posições relativas principalmente a questões de moral sexual e religiões afro-brasileiras, pois as constantes ofensas discriminatórias direcionadas a esses grupos religiosos, ou mesmo a homossexuais, poderiam então culminar em processos contra as igrejas.

O temor mais frequente, presente até hoje, é em relação aos privilégios fiscais que as agremiações religiosas gozam perante o Estado brasileiro. Havia medo de que, se as igrejas fossem tipificadas como associações, poderiam receber algum tipo de tributação.

Essas novas condições em que as instituições religiosas se encontravam perante o Estado brasileiro motivou uma mobilização política em comum. O ano de 2003 foi marcado no Congresso Nacional por uma constante

---

<sup>16</sup> Folha de S. Paulo, 30/07/2013

disputa protagonizada por religiosos a fim de obter uma revisão do novo Código Civil, começando com sua aprovação em 11 de Janeiro e finalizando com a sanção da Lei nº 10.825, 22 de dezembro, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Diferente da tão costumeira disputa por espaço no mercado religioso entre evangélicos e católicos, como o que promoveu a criação do projeto de Lei Geral das Religiões, dentre outros episódios, a pauta de reivindicações por modificação no Código Civil foi marcada principalmente pela união das agremiações, como uma disputa religiosa contra os meios seculares. A mobilização se deu inicialmente da parte da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). No início, o deputado federal Paulo Gouvêa (PL-RS), pastor da IURD apresentou um projeto de lei inovador, que previa a alteração de artigos no novo Código Civil (Mariano, 2006).

Nos meses finais do ano o novo texto chegou ao Senado e foi aprovado sobre a pressão de senadores religiosos além de associações civis eclesiais, principalmente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Chegando então a Presidência da República em dezembro do mesmo ano.

A sanção da Lei nº 10.825 pelo presidente Lula inaugurou uma etapa nova na política brasileira. O candidato que até campanhas anteriores era taxado como diabólico pelas igrejas pentecostais, agora eleito, sancionava a lei que, segundo o próprio Lula, assegurava a liberdade religiosa no Brasil (Mariano, 2006). Com isso o então presidente afastava o antigo temor evangélico de que sua veia esquerdista iria levar ao fechamento de igrejas no território nacional e, portanto, ganhava apoio que seriam importante para sua reeleição em 2006. O apoio prosseguiu importante para a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff no pleito

eleitoral de 2010, embora ela tenha recebido fortes críticas da parte de pentecostais por declarações favoráveis à legalização do aborto enquanto era ministara chefe da Casa Civil.

No debate sobre a questão da laicidade, tão recorrente nas ciências sociais da religião, teve então mais um episódio a ser considerado. A alteração do Código Civil, já aprovado, não garantia apenas regalias às instituições religiosas perante as outras instituições sociais, tais como a liberdade de impostos, a não fiscalização de abusos internos, a possibilidade da resolução de conflitos sem a intervenção estatal, além, é claro, da liberdade legal, já que a não intervenção Estatal estava assegurada. A modificação da legislação demonstrou o poder religioso dentro das casas legislativas e a pressão social que suas entidades exercem sobre o poder executivo, sendo uma mostra da força política cristã, sobretudo, evangélica. (Souza, 2013)

O argumento da laicidade surge, tanto para os defensores da secularização do Estado, quanto da parte dos próprios líderes e grupos religiosos. Ao mesmo tempo em que grupos civis têm exigências explicitamente contrárias à presença e ao poder religioso na política partidária, como no caso dos homossexuais, gama social que sofre constante perseguição, os religiosos fazem o mesmo discurso em função da laicidade como permissiva à liberdade religiosa, como declarou em questão o senador Magno Malta, atualmente no PR-ES.

O nosso país, o Brasil, é um país laico. O Brasil não tem religião oficial. Aqui nós temos liberdade de culto garantida pela Constituição Federal, em qualquer lugar, seja praça pública ou não. Em sendo assim, nós temos liberdade enquanto entidade religiosa, temos estatutos e regulamentos

próprios, sem que a mão do Estado esteja sobre a Igreja, pois não há religião oficial.<sup>17</sup>

Os exemplos citados demonstram não apenas a articulação política religiosa como também a força que o grupo constituiu ao longo dos anos da democracia recente.

Dentro de uma democracia representativa o parlamento, dado como espaço em comum para o debate entre os diversos grupos sociais que compõe a nação, acaba sendo também o palco de disputas religiosas entre diferentes igrejas, ou mesmo a disputa entre religião e outros grupos da sociedade civil. Tais movimentos são vistos na busca por condições semelhantes as da Igreja Católica para as igrejas evangélicas, ou mesmo em debates contrários à perspectivas homoafetivas e movimentos feministas.

Essa inserção política religiosa grante, porém, que certas vertentes obtenham direitos que se sobressaiam perante as outras agremiações religiosas, como as religião afro-brasileiras que, devido a não institucionalidade tem dificuldades organizativas para buscar eleição. As agremiações cristãs porém se põe em situação privilegia perante a sociedade civil, já que buscam através do meio político, a constituição de direitos que privilegiam a si mesmas.

---

<sup>17</sup> <http://textoseideias.blogspot.com>

### Capítulo 3

## Catolicismo, pentecostalismo e política em São Paulo, Bauru e Campinas

As cidades selecionadas conservam números mais parecidos com as médias nacionais do que com as estaduais. A capital paulista, com 11.253.503 habitantes, tem aproximadamente 58,6% de sua população católica. Já as igrejas protestantes somam 22% do contingente populacional. Entre esses, 10% são protestantes de missão, 58% de evangélicos pentecostais e 32% de religião evangélica não determinada.

Religiões	Número	Porcentagem
<b>Católicos</b>	6.593.342	59
<b>Evangélicos de Missão</b>	266.214	2
<b>Evangélicos Pentecostais</b>	1.423.743	13
<b>Outras denominassões evangélicas</b>	797.853	7
<b>Outras categorias religiosas</b>	1.807.357	16
<b>Sem Religião</b>	364.994	3
<b>Total</b>	11.253.503	100

A maior cidade do interior paulista, Campinas (1.080.113 habitantes), tem também a maior presença católica, com 60%. A filiação protestante engloba 25% do contingente populacional, dividindo-se em: 10% evangélicos de missão, 63% pentecostais e 25% evangélicos não determinados.

<b>Religiões</b>	<b>População</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Católicos</b>	641.230	60
<b>Evangélicos de Missão</b>	33.374	3
<b>Evangélicos</b>	171.941	16
<b>Pentecostais</b>		
<b>Evangélica não determinada</b>	68.497	6
<b>Outras categorias religiosas</b>	78.668	7
<b>Sem religião</b>	86.403	8
<b>Totais</b>	1.080.113	100

A que mais se diferencia dos números apresentados até aqui é Bauru, cidade de médio porte do centro-oeste do estado com 343.937 habitantes. Ela apresenta o menor percentual de católicos em face da maior proporção de protestantes, praticamente 52% de sua população. Vale dizer que no município foi realizada uma pequena campanha específica de orientação por parte da diocese. Durante o recenseamento, os sacerdotes enfatizaram em missas que as pessoas

deveriam dizer que tinham como opção a Igreja Católica Apostólica Romana, de modo a evitar confusão de respostas ao entrevistador.

<b>Denominação</b>	<b>População</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Católica Apostólica Romana</b>	177.869	99,8
<b>Católica Ortodoxa</b>	139	0,1
<b>Católica Brasileira</b>	199	0,1
<b>Totais</b>	178.207	100

A população evangélica da cidade é de aproximadamente 31%, se dividindo em 9% de protestantes de missão, 55% de pentecostais e 36% evangélicos indeterminados.

<b>Religião</b>	<b>População</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Católica</b>	178.207	52
<b>Evangélicas de Missão</b>	10.088	3
<b>Evangélicas Pentecostais</b>	58.736	17
<b>Outras Denominações Evangélicas</b>	38.851	11
<b>Outras Religiões</b>	28.766	8
<b>Sem Religião</b>	29.289	9
<b>Totais</b>	343.937	100

## São Paulo

A população evangélica de São Paulo é de 2.487.810, desses apenas 266.214 são evangélicos de missão, ou seja aproximadamente 11%. Os pentecostais são a grande maioria, 1.423.743 de fiéis, cerca de 57% do total de evangélicos.<sup>18</sup>

Entre as três igrejas pentecostais com maior número de adeptos estão também as duas de destaque em termos de representação política: Assembleia de Deus e IURD. A AD possui o maior número de fiéis 533.362, ou seja, 21% do total de pentecostais. A segunda igreja com maior número de adeptos é a Congregação Cristã do Brasil, que junto com a AD pertence a primeira onda pentecostal formada no Brasil (Freston, 1993). A Congregação possui um número de 199.565 fiéis, 8% dos pentecostais. Já a IURD tem 126.228 membros, aproximadamente 5%. A quarta igreja com mais seguidores é a do Evangelho Quadrangular com 58013 adeptos, 4% dos pentecostais.

As igrejas com maior número de adeptos são portanto as que mais se destacam na política partidária, já que a Congregação tem em sua cosmologia uma perspectiva introspectiva, voltada para dentro dela mesma, de forma a inclusive desencorajar os fiéis que ambicionam cargos eletivos.

Por ser pertencente à Igreja Católica, como um todo, estatísticas específicas sobre a Renovação Carismática não são disponíveis. As cifras dizem respeito a algo mais amplo, como pertencimento a grupos de oração, pastorais e paróquias.

---

<sup>18</sup> Dados CENSO 2010

Diante desse quadro religioso optei por estabelecer um cenário da expansão carismática nos territórios escolhidos para a pesquisa, através do número de grupos de oração cadastrados, uma vez que o núcleo nacional do movimento conta com tal registro<sup>19</sup>

Proporcionalmente a seu tamanho (mais de 11 milhões de habitantes), a cidade de São Paulo possui a maior quantidade de grupos de oração carismáticos de todo o estado. Dos 2.794 grupos cadastrados no estado de São Paulo, 346 (12,4%) pertencem à arquidiocese da capital. Esse número é quatro vezes maior que o da diocese de Franca, a segunda com maior número de grupos de oração do estado, 70.

A participação política evangélica na esfera municipal de São Paulo é bastante representativa, sobretudo desde o pleito de 2012. Das 55 cadeiras da Câmara Municipal, 12 foram ocupadas por evangélicos, uma cifra aproximada de 22% do corpo parlamentar. Os políticos são membros de oito diferentes agremiações, com o destaque para a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), cujo filho do missionário R.R. Soares, David Soares (PSD), é membro vereador e além dele Sandra Tadeu (DEM) da IIGD. A Assembleia de Deus elegeu apenas duas representantes: Noemi Nonato (PSB) e Marta Costa (PSD). Contudo a igreja com maior participação política da capital paulista é a IURD, que conta com três representantes: Sousa Santos (PSD), Jean Madeira (PRB) e Atílio Francisco (PRB).

Os outros vereadores se distribuem em outras filiações evangélicas de missão e pentecostal. Eliseu Gabriel (PSB) da Igreja Presbiteriana, Edemison (PP)

---

<sup>19</sup> É importante fazer a ressalva de essa burocratização não inibe que outros grupos católicos não se utilizem de práticas e filosofias próprias da RCC, ou que não tenham em si influência ideológica do movimento. Por isso também a dificuldade de mensuração do contingente carismático.

da IMPD, Eduardo Tuma (PSDB) da Igreja Bola de Neve, a esposa do deputado estadual Carlos Bezerra Jr, Patrícia Bezerra (PSDB), e como destaque o coronel da Polícia Militar Paulo A. L. L. Telhada, membro da Congregação Cristã do Brasil<sup>20</sup>. A candidatura do vereador porém não foi motivada pela sua participação religiosa mas sim pela sua identidade como coronel da PM.

A representação do catolicismo carismático na Câmara Municipal de São Paulo ainda tem pouca expressão. Há nessa cidade ainda significativa identificação da população da periferia com as pastorais sociais associadas à TL. A mobilização católica carismática em nível municipal não se verificou como aquela ocorrida para a eleição de Gabriel Chalita a vereador.

Em relação à esfera estadual, sete são os deputados religiosos vinculados diretamente com a capital, não havendo nenhum católico carismático. A igreja com maior número de políticos é a AD, que conta com Adílson Rossi (PSB) e José Bitencourt (PSD). A IURD elegeu apenas um representante por São Paulo: o pastor Gilmaci Santos (PRB). Além desses, se destacam Rodrigo Novaes (PSD) da IMPD, Marcos Neves (PV), o já citado Carlos Bezerra Jr (PSDB) da Comunidade da Graça e o outro filho do Missionário R.R. Soares, André Soares, da IIGD.

O número de representantes religiosos da capital em esfera legislativa federal é de oito deputados. A IURD possui dois representantes: Antônio Bulhões (PRB) e Otoniel Lima (PRB), As outras instituições religiosas têm apenas um representante cada: Bruna Furlan (PSDB) da Igreja Batista, Jorge Tadeu (DEM) da IIGD, Marcelo Aguiar da Igreja Renascer em Cristo (PSD), Roberto Lucena (PV) da O Brasil para Cristo e Vaz de Lima (PSDB) presbiteriano. Até o ano de 2014 a RCC

---

<sup>20</sup> Como visto, ele é uma exceção, dado o apolitismo dessa igreja.

tinha como mais representativo político Gabriel Chalita (PMDB), como deputado federal, que não se candidatou à reeleição tornando-se, em Janeiro, secretário da educação da cidade de São Paulo. É interessante notar que a AD não apresenta deputados federais pela cidade de São Paulo

## **Campinas**

Dos 273.812 evangélicos da cidade apenas 33.734 são evangélicos de missão, uma cifra aproximada de 12% da população de evangélicos, ao passo que o número de 171.941 evangélicos pentecostais somam mais da metade do contingente protestante, 63%.

As quatro igrejas pentecostais de destaque são novamente as mesmas. A AD com 53.251 fiéis, 31% dos pentecostais, a Congregação Cristã do Brasil com 30.693, uma cifra aproximada de 18%. Há porém uma diferença em relação à cidade de São Paulo, já que a IURD é apenas a quarta de maior representatividade com 7.947 fiéis, ou seja, apenas um número próximo de 5% dos pentecostais, enquanto a IEQ congrega um número similar ao dobro de fiéis, 15.703, próximo de 10%.

Com relação à RCC, Campinas é cidade em que o movimento é mais estruturado em relação as três cidades selecionadas. A informação não surpreende já que foi essa a cidade em que a Renovação inicialmente se alocou em território brasileiro e a partir da qual se espalhou por território nacional.

O movimento carismático está espalhado por todas as nove cidades as quais a Arquidiocese de Campinas compreende, são ao todo 54 grupos de oração cadastrados no registro nacional da RCC. Apesar de seu pioneirismo, curiosamente, a cidade é apenas a quinta com a maior quantidade de grupos de oração, ficando atrás de São Paulo, Franca, Mococa e São José dos Campos, sendo essa última central para o desenvolvimento da Renovação em âmbito nacional, já que está geograficamente próxima às cidades de Aparecida, da Padroeira Nacional, e Cachoeira Paulista, sede da comunidade Canção Nova.

As representações religiosas e políticas dentro na cidade de Campinas se estendem entre as esferas municipal e federal, uma vez que a cidade não possuiu deputados estaduais religiosos. Dos 33 vereadores, oito tem posicionamento religioso declarado, sendo cinco evangélicos e três católicos. Dos evangélicos, além dos vereadores Antônio Flores (PSB) pertencente à Igreja Nazareno, Jaziel (PP) da IMPD e Pr. Elias Azevedo (PSB) da IEQ, destacam-se os vereadores Roberto Alves (PRB) da IURD e Professor Alberto (DEM), da Assembleia de Deus.

Das cidades estudadas, Campinas é a que possuiu maior número católicos carismáticos eleitos: Campos Filho (DEM) - membro do Ministério de Fé e Política - Jorge Scheneider (PTB) e o Rafa Zimbaldi (PP).

Em termos do Congresso Nacional, a cidade possui apenas um representante religioso, já em quarto mandato, e concorrendo ao sexto, Salvador Zimbaldi Filho (PROS). Com extensa carreira política, ele é empresário é conhecido como um dos principais apoiadores das TVs católicas. No atual mandato, é membro

apenas de uma comissão em plenário, a também a de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

## **Bauru**

Como dito anteriormente, Bauru é a cidade selecionada com o maior número proporcional de protestantes, aproximadamente 31 por cento, que se traduz 107.675 pessoas. Desses, 58.736 são pentecostais.

A denominação pentecostal que mais se destaca é novamente a Assembleia de Deus com 16.864 fiéis, 29% dos pentecostais. Diferente das outras cidades, a segunda igreja de maior destaque na cidade é a IEQ com 11.204 fiéis, 19% dos pentecostais. Não é grande a diferença em relação à Congregação Cristã do Brasil, com 9.726, ou seja, 17%. A IURD, apesar de ser uma das filiações pentecostais mais populosas da cidade, possuiu um número reduzido de fiéis com relação às outras igrejas, 4.685, apenas 8% dos pentecostais.

A Diocese de Bauru engloba 14 cidades, sendo que a Renovação Carismática está presente em praticamente todas elas. Apesar de bastante difundida, a cidade não possui um grande número de grupos de oração cadastrados, apenas 17. Mediante as outras cidades do estado de São Paulo, Bauru, junto com o município de Catanduva, é apenas a 33ª cidade com maior quantidade de grupos de oração, ficando atrás de cidades com contingentes populacionais bem menores.

Essa força menor da RCC na cidade é justificável tendo em vista o histórico do movimento na cidade. Bauru já foi um expoente da Renovação,

sobretudo na final da década de 1990 e início dos anos 2000, impulsionado pelo já falecido padre Carlos Antônio Pessôa. Devido à figura magnética do sacerdote a cidade foi escolhida para eventos nacionais como a quinta edição do Encontro Nacional de Universitário Católicos Carismáticos (ENUCC). O afastamento do padre Carlos provocou uma divisão entre as lideranças leigas do movimento, algo que o enfraqueceu bastante. Recentemente, porém o movimento voltou a ganhar força impulsionado sobretudo pelo apoio do atual bispo da cidade, dom Caetano Ferrari, transferido da diocese de Franca, conhecida pela forte presença do movimento carismático.

A representatividade religiosa na esfera política de Bauru se encontra mais restrita em nível municipal. Dos 17 vereadores, 4 foram eleitos a partir de algum apoio religioso ou pela identificação como tal. Dentre esses, apenas um é adepto do protestantismo, o pastor da Assembleia de Deus Roberval Sakai Bastos Pinto (PP). Em seu segundo mandato como vereador, Sakai entrou em 2014 na disputa para uma vaga na Assembleia Legislativa.

Os três outros vereadores eleitos são de origem católica, Antônio Faria Neto (PMDB), Fabiano Mariano (PDT) e o candidato apoiado pela RCC e empresário, Fernando Mantovani (PSDB). O caso político de Bauru apresenta algumas curiosidades.

O município não possui representantes no Congresso Nacional e apenas um na ALESP, o deputado Pedro Tobias (PSDB). Apesar de sua participação em eventos religiosos, seu capital político advém de sua carreira como médico. Em campo, porém foi notada a participação do deputado Estadual Reinaldo Alguz (PV), expoente da Renovação Carismática em território paulista, apesar de

sua base eleitoral declarada ser a região de Alta Paulista – do centro ao noroeste do estado, caracterizada por trecho ferroviário e que compreende vários municípios, dos quais se destacam principalmente Marília e Tupã – o envolvimento com questões religiosas na cidade de Bauru denota que o candidato à reeleição tem certo respaldo eleitoral no município.

O envolvimento político da RCC em Bauru tem alguns casos peculiares, a início a retirada do apoio político de um dos membros. Nas eleições municipais de 2008, o atual coordenador municipal da RCC deu apoio à candidatura do membro Thiago Vendrami para ocupar uma das cadeiras do legislativo municipal. Com sua carreira política construída em partidos de esquerda, Thiago na época era filiado ao PSB. Porém outro membro do movimento religioso lançou candidatura ao mesmo cargo, pelo PSDB. Com a disputa interna Thiago perdeu o apoio declarado dos coordenadores que optaram pelo outro candidato.

Um dos fatos curiosos que ocorreu na cidade foi a suspensão dos mandatos dos três vereadores católicos, além de dois outros suplentes, sob a alegação de apoio inconstitucional do bispo Caetano Ferrari. Foi movida uma ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acusando os vereadores eleitos de campanha ilegal perante a comunidade católica. Sob as acusações de que o bispo teria realizado campanha para a eleição de candidatos católicos. A prova documental se baseou principalmente em um pequeno jornal propagandista distribuído nas portas das igrejas intitulado “Voto Responsável”. O jornal continha em sua página inicial uma pequena reflexão a fim da conscientização do fiel católico sobre a importância de eleger vereadores que representem as suas convicções

religiosas. As páginas seguintes eram recheadas com nomes e informações básicas dos candidatos católicos, bem como as suas paróquias de pertencimento.

O recurso iniciado em setembro de 2013, no primeiro ano de mandato, provocou o afastamento imediato dos vereadores, situação que perdurou por três semanas. Atualmente, os três vereadores citados acima exercem os seus mandatos na Câmara Municipal de Bauru.

## Capítulo 4

### Campanhas eleitorais em foco

Para realizar a análise das campanhas eleitorais foram selecionados os candidatos das vertentes religiosas pesquisadas que obtiveram maior votação no do estado de São Paulo, quais foram: Pastor Marco Feliciano, da cidade Orlandia, já citado anteriormente, e o advogado e professor universitário Evandro Gussi, do município de Tupã, da chamada região Alta Paulista. Feliciano atingiu a terceira maior votação estadual com 398.087 votos, aproximadamente 1,9% do total, enquanto o Gussi foi o quadragésimo oitavo mais votado com 109.531, aproximadamente 0,5% do total.

Outros expoentes políticos da Renovação Carismática Católica não obtiveram o mesmo sucesso eleitoral comparavelmente a Evandro Gussi. Vale lembrar a não participação no pleito do principal ícone político hoje desse movimento religioso, Gabriel Chalita, que durante o processo eleitoral procurou justificar sua não candidatura devido uma maior dedicação à vida acadêmica e literária. Assumiu no dia 15 de Janeiro de 2015 a Secretaria da Educação da cidade de São Paulo<sup>21</sup>. Tal fato chama a atenção pois Chalita havia sido impedido de assumir uma pasta no governo federal, que poderia ter sido de Ciência e Tecnologia. Além das acusações sofridas pelo então deputado, debateu-se que o seu vínculo religioso poderia ser nocivo para o desenvolvimento de avanços científicos. Sua nomeação se deve

---

<sup>21</sup> O Estado de São Paulo 13/01/2015 - <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,gabriel-chalita-e-nomeado-secretario-municipal-de-educacao,1619071>

também à experiência, já que é ex-secretário da educação do governo Alckimin, mas sobretudo à estratégia do PT, partido do prefeito Fernando Haddad, de fortalecer laços com PMDB, legenda de Chalita.

Ao contrário de Chalita o, então deputado federal, católico carismático Salvador Zimbaldi Filho concorreu à reeleição. Sua estratégia porém foi enfraquecida com desvinculamento de seu antigo partido, o PDT para assumir a presidência da nova legenda PROS em 2013. Apesar de expressivos 90.437 votos válidos, o parlamentar não conseguiu a sua reeleição, já que sua legenda não angariou um coeficiente eleitoral suficiente para alavancar qualquer candidato à assumir uma cadeira no legislativo federal. Como tal, Zimbaldi não alcança o que seria seu quarto mandato seguido como deputado federal.

Em face da não eleição de tradicionais políticos carismáticos católicos no estado de São Paulo o destaque foi então do quase pioneiro político Evandro Herrera Bertone Gussi. Como dito acima, Gussi alcançou a marca de 109.590 votos válidos, sendo o candidato carismático católico com maior número de votos.

Nascido na cidade de Tupã, Gussi construiu sua carreira profissional em advocacia. Formado em uma universidade particular na cidade de Presidente Prudente, o atual deputado fez mestrado na área de Estado e Teoria do Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorado em Direito do Estado na Universidade de São Paulo (USP), atuando como professor na própria UFRGS, UNESP em Tupã, além de outras faculdades particulares na região Alta Paulista. Além de sua carreira como docente de nível superior Gussi é também empresário varejista de produtos farmacêuticos. O vínculo religioso institucionalizado

desca se mesmo no âmbito profissional, já que o atual deputado leciona a disciplina de Doutrina Social da Igreja no seminário de teologia Canção Nova.

A iniciação política de Evandro Gussi se deu por seu contato com o deputado estadual Reinaldo Alguz. Segundo Gussi em entrevista concedida no programa Escola da Fé, da emissora católica Canção Nova<sup>22</sup>, essa aproximação foi um dos facilitadores por seu mestrado na UFRGS, ou seja, é anterior às primeiras candidaturas do professor universitário.

Tal como Feliciano o primeiro cargo político relevante de Gussi foi já o de deputado federal. Essa porém não havia sido sua primeira candidatura, já que concorreu à vereador pela cidade de Tupã no pleito de 2008 e pelo cargo de deputado federal em 2010, ambas sem sucesso.

## **Relevância da Canção Nova**

O apoio da comunidade católica Canção Nova foi de muito importante para o sucesso da candidatura de Evandro Gussi.

Iniciada no ano de 1978, sobre as bases da Renovação Carismática Católica, a comunidade Canção Nova começou na cidade de Cachoeira Paulista, na região paulista do Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo. Fundada pelo padre Jonas Abib a comunidade contava com alguns jovens, dentre eles o próprio Gabriel Chalita. Aos poucos a comunidade foi crescendo em aspectos físicos e estruturais, hoje, segundo dados da própria Canção Nova, conta com um terreno de

---

<sup>22</sup> A despeito de reiteradas tentativas, não foi possível entrevistá-lo, nem mesmo assessores próximos

372 m<sup>2</sup> em que estão construídos um centro de evangelização, auditórios, prédios administrativos, espaço para camping, além de estruturas sociais como escolas, postos bancários, lojas e afins. Além de contar com um instituto de formação sacerdotal e uma instituição de ensino superior.

Além de organização de eventos religiosos a comunidade iniciou o suas atividades de propagação religiosa já no ano de 1980 adquirindo uma emissora em seu município sede, migrando também para a televisão a partir de 1989 com transmissão de missas. Em 1997 foi formada a Rede Canção Nova de Televisão, deixando de ser uma emissora local e expandindo em território nacional. Atualmente ela já tornou a segunda maior emissora de televisão católica do país e a maior com raízes da RCC. Hoje ela conta com duas geradoras de imagens, quatro geradoras afiliadas e 350 reprodutoras atendendo todo o território brasileiro, inclusive com transmissão ao vivo via internet, além de países como Portugal, Itália, Israel, Índia, Estados Unidos, Grécia, França, Paraguai e Chipre.<sup>23</sup>

Além de sistemas de rádio e televisão a rede CN conta também com editora e gravadora, sendo responsável por grande parte da produção cultural católica brasileira. É interessante notar que a iniciativa midiática expansionista da comunidade, bem como seu fortalecimento, acompanha o surgimento e expansão da terceira onda pentecostal no país em seus apelos midiáticos, o neopentecostalismo (Freston, 1993; Mariano 1999)

A programação da emissora é variada, se dando a partir da transmissão de eventos religiosos, como missas, terços e datas comemorativas, como a extensa cobertura da visita do Papa Francisco ao Brasil durante as Jornadas

---

<sup>23</sup> Dados coletados a partir do próprio portal – [www.cancaonova.com](http://www.cancaonova.com)

Mundiais da Juventude no ano de 2013. Além disso, sua pauta diária é composta por programas organizados a partir da faixa etária, atendendo crianças, jovens e adultos, abrangendo também shows e programas musicais, além da apresentação do Notícias Canção Nova, programa jornalístico que atende demandas seculares e religiosas.

Apesar de uma postura propriamente religiosa é possível enxergar outros elementos, como uma sutil campanha política, nas mídias da emissora.

Tal como aponta Carlos Eduardo Pinto Procópio pelo fato da Canção Nova atender quase que exclusivamente um público católico deve-se pensar que sua cobertura eleitoral tenha também um viés católico

Na Canção Nova, diante do fato de que seu público é um público católico e católico carismático, olhar para seu noticiário é considerar que ele é feito levando em conta a especificidade de seus interlocutores. Isto levaria a crer na existência de uma cobertura política respaldada, pura e simplesmente, por valores religiosos, no qual toda a eleição ganharia um sentido orientado por questões cujo interesse se encontraria, quase que exclusivamente, no âmago da instituição religiosa à qual pertence.<sup>24</sup>

Como afirma Procópio, devido ao fato de a emissora lidar com a concorrência que ultrapassa os signos religiosos, ela desenvolve também uma cobertura jornalística de fatos seculares, de forma a atender os interesses de seu público alvo. Faz portanto, uma cobertura jornalística tão objetiva quanto consegue, pois ao mesmo tempo que se constrói como uma emissora religiosa, com fins de

---

<sup>24</sup> PROCÓPIO, Carlos Eduardo. *Perto da religião, perto da política: A participação do catolicismo carismático através da instituição, candidaturas e mídia nas eleições de 2010*. p. 161, 2014

evangelização, aborda também os universos econômico, social e político, enfatizando os pontos que considera importantes.

O público que assiste a emissora com fins de evangelização, de certa forma, constrói a sua objetividade a partir das informações por ela veiculada, porém, quando contrapostas com outras fontes de informação e tal objetividade se torna limitada, dada a característica católica da emissora. Ou seja, ocorre uma cobertura jornalística de forma aparentemente secular (PROCOPIO, 2014).

Como realizada nas eleições de 2010 a emissora também se dedicou à uma cobertura especial do processo eleitoral em 2014. As notícias se misturavam em uma espécie de *Native Advertising*<sup>25</sup> para o fiel católico. Ou seja, certa propaganda religiosa veiculada na forma de notícias, como por exemplo na reportagem exibida pelo Notícias Canção Nova em 27 de agosto de 2014 sobre a importância dos debates em uma campanha eleitoral. Tal reportagem se encerrou veiculando a data e hora do debate político organizado pela CNBB.

A série “Eleições 2014” da emissora foi dotada de poucas notícias factíveis, e foram divulgados resultados de pesquisas eleitorais esporadicamente. As pautas centraram-se mais em esclarecimentos sobre urna eletrônica, processo e legislação eleitoral e afins. Houve durante a campanha a pequena série de reportagens intituladas “Fé e política” que abrangia desde a participação histórica de santos católicos em suas políticas contemporâneas até a atual forma de informação política do católico a partir da cartilha específica lançada pela CNBB.

Em quase todas as reportagens sobre a cobertura eleitoral os comunicadores convidaram o fiel a participar ativamente da política, e mais do que

---

<sup>25</sup> Termo utilizado para designar formas de publicidade implícitas em notícias

isso, incentivavam o fiel à participação política como dever de cristão preocupado com o mundo a sua volta, é realizado portanto, um trabalho de avivamento político. Sabe-se que o movimento carismático se firmou no país buscando uma substituição dos valores propagados pela corrente católica anterior, a Teologia da Libertação, que havia ganhado força, sobretudo nos anos 1980. Com os ânimos políticos acalmados, após o período militar, o argumento de que a igreja, com a TL, havia se tornado excessivamente politizada e se esquecido da dimensão espiritual, passou a fazer mais sentido. Sendo assim, a RCC se firmou como uma corrente católica mais introspectiva e espiritualista, de fuga política.(Prandi e Sousa 1996).

Após a constante perda de espaço para outras filiações cristãs foi necessária uma reaproximação da política por parte da RCC, já que grupos evangélicos têm se destacado cada vez mais. O que vemos hoje é, portanto, uma mudança interna similar ao que os grupos evangélicos pentecostais enfrentaram no final dos anos 1980, uma necessidade de reconscientização do fiel para a participação política. Porém, se do lado evangélico foi realizada uma sistemática campanha para a participação política, do lado carismático católico tece seus discursos de forma um tanto mais acanhada. Enquanto os evangélicos afirmaram “irmão vota em irmão” e discorrendo sobre a importância da representação política das igrejas, os carismáticos católicos dizem que é importante que o fiel não se omita durante as eleições, elegendo representantes que atendam as suas demandas sociais e como consequência, religiosas.

## **A camanha de Gussi na Canção Nova**

A campanha de Evandro Gussi propagada pela emissora católica Canção Nova se iniciou de forma discreta, ainda de 2011. Ou seja, um ano de depois de seu insucesso eleitoral em 2010. A primeira participação televisiva de Gussi foi no programa Escola da Fé, apresentado pelo professor Felipe Aquino. A política indireta permeia todo o programa, já de início o apresentador chama atenção para falas do então papa Bento XVI, sobre a importância da participação de leigos católicos na política, demonstrando que a candidatura de leigos não era mal vista, mas ao contrário, era incentivada pela igreja, desde a Doutrina Social da Igreja, assunto sobre qual o Gussi foi chamado para debater.

No decorrer da entrevista, foram levantados temas polêmicos a partir de uma perspectiva cristã e inclusive explicados a partir dessa perspectiva, como inseminação artificial, aborto e união de pessoas do mesmo sexo. Sob dizeres que se o cristão é a grande maioria religiosa no espaço brasileiro, como é possível que determinadas leis, que contrariam os princípios da população foram aprovadas? Já que a democracia é a vontade da maioria.

Em dizeres que o cristão deve se interessar pela política e eleger homens capacitados à realiza-la, com formação acadêmica e espiritual para isso e citando o episódio bíblico de Jesus perante o governador romano Pôncio Pilatos para justificar a importância do respeito à autoridade, o programa foi encerrado dizendo o motivo pelo qual foi feito, para expor uma pessoa séria e comprometida com a igreja.

A exposição na rede televisiva prosseguiu em outras oportunidades já no ano eleitoral, uma no programa Manhã Viva do dia 24 de janeiro. Na ocasião Gussi foi acionado para falar dos riscos e benefícios que a internet propícia às

crianças. Apesar de não tratar especificamente de temas políticos o programa serviu como uma consolidação da identidade como fiel católico, letrado e pai de família que sabe aplicar a doutrina católica no seio de sua própria família, enfim, consolidou a identidade de referência cristã.

A grande questão envolvendo a Canção Nova na campanha de Gussi se deu de forma paralela à emissora de TV. Sendo o principal apoio o do professor Felipe Aquino, mencionado anteriormente, Gussi participou de uma série de curtas entrevistas no site da editora de Aquino, debatendo aspectos sobre a Doutrina Social da Igreja. A importância da igreja possuir um representante que compartilha seus valores em esfera nacional foi constantemente enfatizada.

Durante o período eleitoral uma outra série de pequenos vídeos foi divulgada no site da editora. Nesses, Aquino ensina o eleitor como escolher o candidato apontando características como um homem temente a Deus, justo e de conhecimento político, Tais vídeos foram amplamente divulgados, através da internet, pelo próprio Gussi.

Além da campanha indireta Felipe Aquino e o músico católico, também vinculado à emissora, Rogério Soares, declararam o seu apoio aos candidatos Evandro Gussi e Reinaldo Alguz em vídeos curtos publicados na internet e veiculados durante o horário eleitoral obrigatório, em televisão aberta. Nos vídeos, as celebridades carismáticas católicas, além de apontarem como o programa de governo de ambos os candidatos é essencialmente cristão, pediram o voto e o apoio leigo, de pedriem também que o cristão se inserisse nas campanhas para a eleição de ambos.

Entender o sucesso eleitoral não é possível se não for pensado o apoio da rede de televisão católica, sobretudo a Canção Nova. Os atuais principais ícones políticos carismáticos católicos contaram com o seu apoio. O pioneiro Salvador Zimbaldi, que além da CN contou também anteriormente com o apoio de outras emissoras como a Rede Vida, foi inclusive um dos facilitadores no Parlamento para a expansão das redes de televisão católicas em território nacional, a partir de seu mandato e a possibilidade de administrar concessões de rádio e televisão. Gabriel Chalita, o principal expoente católico carismático, é vindo da comunidade, além constantemente expor, midiaticamente, sua relação com membros significativos da emissora, como o Padre Fábio de Melo. Mesmo o outro candidato carismático católico, o músico Flávio Augusto da Silva. Flavinho, como é conhecido, teve sua carreira iniciada e inflamada dentro da Comunidade católica. Apesar de ter se desligado da comunidade em 2010 sua identidade ainda é bastante vinculada à CN. A emissora porém não o apoiou na campanha de 2014 como fez com Gussi, o que talvez justifique o então desconhecido professor universitário superar em número de votos o já conhecido músico católico.

## **Nas Redes Sociais**

A pluralização das formas de comunicação tem seu destaque na contemporaneidade. A popularização da internet, bem como a facilitação de seu acesso tem alcançando patamares cada vez mais elevados, com destaque para o estado de São Paulo, no território brasileiro. Os antigos meios midiáticos tais como a televisão, o rádio e as mídias impressas, têm cedido cada vez mais espaço para esse formato comunicativo. Em meio a isso, além das próprias condições de

disponibilização de conteúdo como os chamados *sites* e *blogs*, as redes sociais vêm se destacado como possibilidade de atingir o maior número de pessoas, dado seu uso cada vez mais frequente.

Nesse contexto, as eleições de 2014 foram também pautadas por grande participação *online*, além das tradicionais maneiras de se fazer política. Veículos como o *Facebook* ou o *Twitter*, se mostraram como alternativas de baixo custo e longo alcance para a exposição de ideias e propostas políticas.

Apesar de suas características facilitadoras, as redes sociais possuem também suas limitações. O dinamismo e grande rodízio de informações das redes fazem com que estratégias específicas de campanha sejam criadas para se adequar a parâmetros contemporâneos, como por exemplo a simplificação de informações, fazendo com que o discurso ganhe uma roupagem direta, quase crua, diferente da habitual eloquência política. Nesses termos, foram analisados os perfis *online* dos parlamentares selecionados durante os períodos: pré-eleitoral, eleitoral, e pós eleições.

Bastante atuante em redes sociais, também através de sua assessoria, Marco Feliciano se tornou conhecido do público leigo devido a suas declarações caracterizadas como homofóbicas e racistas em sua página no *Twitter* tais como “Africanos descendem de um ancestral amaldiçoado de Noé. Isso é fato. O motivo dessa maldição é a polêmica. Não seja irresponsáveis *twitters*” e “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime e a rejeição”<sup>26</sup>. Tais declarações pareceram gerar indignação e até revolta ocorrida quando pastor assumiu a presidência da CDHM.

---

<sup>26</sup> Twitter pessoal do pastor Marco Feliciano - <https://twitter.com/marcofeliciano>

A página de *Facebook* do pastor Feliciano tem um número superior a dois milhões de seguidores, cifra que está em franca expansão, com um ganho aproximado de 30 mil pessoas por semana. Na página, Marco Feliciano se auto descreve como “Apresentador do programa Marco Feliciano, presidente da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, Conferencista Internacional com bacharelado em Teologia e doutorado em Divindade, cantor, escritor e Deputado Federal” além de apresentar um breve histórico da criação de seu ministério Avivamento da Fé, ligado à AD, no espaço reservado para sua biografia e disponibilizar o número de telefone de seu gabinete e outras páginas pessoais.

No início de 2014, Feliciano exercia o último ano de seu mandato, iniciado em 2010. Como tal, a maior parte de conteúdos compartilhados dizia respeito à sua atuação como deputado. Em uma cobertura de fotos e frases curtas, Feliciano utilizou a rede social informando seus eleitores os passos que dava, como o debate sobre o PL 122, que equiparava o crime de homofobia ao de racismo, ocorrido no fim de 2013. O destaque foi para uma de suas primeiras publicações no ano, uma retrospectiva sobre a sua atuação em que o pastor aparece, de certa forma, vitimizado em face as manifestações contra a sua atuação na presidência. O vídeo destaca sobretudo duas manifestações, a do movimento LGBT e a de um grupo de adeptos de religiões afro-brasileiras, realizando manifestações e protestos na porta da Câmara dos Deputados.

A postura de enfrentamento se faz muito marcante nas manifestações do pastor, em geral se opondo ao movimento LGBT e seu principal representante em plenário, o deputado Jean Wyllians, e ao partido de situação, o PT, apotando os como inimigos do cristão brasileiro.

Paralela às pautas descritas, a forma de uso das redes sociais que o deputado mais exerceu foi fazer publicidade da suas palestras, divulgando datas e locais além de publicitar fotos à posteriore. Além de venda de seus DVDs e CDs, ou seja, a utilização como instrumento de marketing.

A data oficial do lançamento online da campanha de Marco Feliciano foi o dia 14 de julho de 2014. O deputado se utilizou do *slogan* criado pela oposição a ele para intitular sua campanha em 2013. Ao ser empossado, manifestantes proclamavam que “Marco Feliciano não me representa”. Em 2014 o parlamentar buscou concentrar o maior número de pessoas que vociferavam “Feliciano me Representa”. A campanha seguiu através de adesão online em que as pessoas interessadas deixaram seu nome e RG a fim de contabilizar maior força política e foi coroada no evento Marcha pra Jesus na capital paulista, em que o candidato trajava uma camiseta com os dizeres “eu represento vocês”.

A campanha seguiu com poucas propostas, exceto a constante defesa da vida, criminalização do aborto, e algum combate aos homossexuais. O destaque foi da promessa de uma maior participação popular no novo mandato de Feliciano a partir de um espaço *online* em que o eleitor poderia ler, julgar e propor mudanças em projetos de lei. Porém, a grande mudança foi a criação de um conselho de gabinete formado por pessoas intelectualizadas e líderes regionais para a análise e proposição de projetos.

O que chamou maior atenção na campanha de Feliciano foi a publicação de um vídeo de aproximadamente 15 minutos em que o deputado não explicitava suas propostas, mas fez uma breve reflexão sobre sua atuação parlamentar, expondo contra o quê e pelo o que havia sido seu mandato. O

deputado teceu duras críticas ao partido de situação apontando alguns atos que, segundo ele, são contrários aos valores cristãos. O destaque foi o trecho de conscientização de voto por parte do parlamentar em que aponta que o fiel tem que selecionar o indivíduo para o qual irá direcionar o seu voto para que ele tenha chances matemáticas de ganhar, evitando assim a pulverização do voto evangélico. Afirmava que o evangélico devia se empenhar para manter a atual bancada evangélica em vez de se arriscar com “aventureiros políticos”, enfraquecendo assim a força cristã na Câmara. Por fim, o deputado encerra, dizendo que algumas vezes, mesmo o parlamentar evangélico, é obrigado a abrir mão de seus valores religiosos em função de sua legenda partidária, daí a segurança em votar no PSC, já que as perspectivas do partido são voltadas para a democracia cristã.

O pós-eleição teve como principal característica o apoio ao candidato Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais. Feliciano seguiu com algumas publicações em apoio ao candidato mas sobretudo de ataque ao partido concorrente, ataque esse que prosseguiu mesmo após a derrota de Aécio no pleito presidencial.

A campanha de Evandro Gussi na internet começou no início do ano de 2014, porém não de maneira incisiva. Gussi participou de uma série de pequenos programas no site da editora católica Cleofas, do pregador da televisão católica Canção Nova, Felipe Aquino. Na série com curtos programas temáticos de cerca de 5 minutos cada, Gussi tecia explicações sobre a importância da participação política e da necessidade de haver um representante religioso católico em posição parlamentar privilegiada.

Tal como Feliciano, Gussi é um político atuante nas redes sociais, sobretudo no *Facebook*. Grande parte de sua campanha está protocolada na página como as palestras sobre a importância da participação política, realidade em dioceses da região de Alta Paulista, como as cidades de Lucena, Venceslau Brás e Marília. Apesar dessas inclusões menos incisivas, o período anterior à campanha teve como principais características a veiculação de frases e pensamentos religiosos, bem como a participação do parlamentar em festividades católicas e missas. Além disso, já no início do ano, a parceria com o deputado estadual Reinado Alguz era destacada.

A campanha eleitoral se iniciou oficialmente no mês de julho, sendo o primeiro material divulgado no dia 22 do mês. Inserida na linguagem digital dinâmica, como descrita anteriormente, a campanha *online* não conteve propostas palpáveis, mas sim uma série de princípios como defesa da vida, valores cristãos e constante exposição da família em eventos religiosos ou mesmo em atividades cotidianas. Chama a atenção ao fato de que, apesar do então candidato ser vinculado ao Partido Verde, cuja à principal ideologia partidária é o meio ambiente, o número de proposições ou preocupações em relação à questão ambiental é bastante reduzido, sendo o seu principal foco as suas aproximações com religiosos.

Como nas campanhas realizadas nas mídias televisivas, a estratégia de expor leigos que apoiam o candidato também foi adotada. Diversas fotos de outros perfis da própria rede social, em que indivíduos da sociedade civil demonstravam sua preferência política por Gussi, foram veiculadas pelo candidato católico.

No segundo turno das eleições de 2014 o partido de Gussi, PV, tal qual o PSC de Feliciano, se aliou ao PSDB na campanha presidencial. Como tal o deputado eleito passou a fazer campanha para Aécio Neves em sua rede social. Diferente de Feliciano porém, a campanha não era tão direcionada ao ataque ao partido de situação, mas sim uma estratégia de enaltecer o candidato da oposição. Chamou a atenção a constante exposição da família de Gussi, já que parte da campanha foi feita a partir da veiculação de fotos e vídeos de suas duas filhas crianças como a campanha do candidato à Presidência pelo PSDB.

Como se esperava, o período logo após a eleição foi marcado por uma postura religiosa, na maior parte de suas veiculações. Mensagens e citações bíblicas, comemorações de datas relativas a santos e participação em eventos católicos, foram as principais publicações do recém eleito deputado, em sua página pessoal na rede social.

Como dito anteriormente, as mídias sociais têm tido uma importância cada vez maior no espaço social brasileiro e, como consequência, na disputa política também. A adequação à dinamicidade das chamadas redes sociais faz com que uma linguagem mais direta seja utilizada, evidenciando de forma cada vez mais sinuosa as diferenças entre ambos os candidatos analisados.

O tradicionalismo católico é evidenciado nos dizeres de Gussi, já que ele destacou a constante participação em eventos cotidianos, como a missa semana e acontecimentos celebrativos. A identificação com o fiel católico a partir das figuras religiosas também foi explorada, já que o candidato constantemente veiculava lembretes sobre datas e pensamentos relativos aos mesmos.

A identificação religiosa de Feliciano se deu por outra forma. O candidato não explicitou grande participação em cultos cotidianos, mas sim veiculou constantemente propagandas e fotos de palestras e pregações que realizara, bem como o enaltecimento de cantores gospel além de anunciar a venda de CDs e DVDs relativos à música e pregações.

A grande diferença, no entanto, se encontrou na estratégia utilizada para atingir o fiel. Feliciano tem como característica a principal estratégia utilizada pelos pentecostais, a de enfrentamento. Na condição de religião minoritária perante o espaço católico brasileiro, as estratégias de conversão pentecostal têm sido a de estabelecer um inimigo e fortalecer a comunidade para combater o mesmo. Essa estratégia transita para a forma pentecostal de fazer política. Se, no espaço social deve-se combater as manifestações homossexuais, no espaço político deve-se combater o movimento LGBT e seus representantes. Se no espaço social, deve-se combater as religiões que não compartilham os ideais cristãos, no espaço político deve-se lutar pela liberdade religiosa, afim de garantir o direito de enfrentamento dessas religiões. Como tal, o partido de situação, PT, também foi eleito como inimigo, sendo acusado de aproximação com grupos sociais contrários à moral cristã, algo que fortalece então a base política da oposição. A estratégia funcionou não somente para o fiel que participa da vida política mas também incentivou o que não se interessa pela mesma, já que cria uma política de medo.

A estratégia carismática católica, um movimento de caráter que certa forma é introspectivo, foi a de identificação com fiel que é católico, ou seja, não tentativa a conversão ao catolicismo. A conscientização foi buscada, sobretudo, através de terceiros como pregadores da rede de TV Cação Nova, mas sem uma

nomeação precisa de quem votar, apesar da constante exposição de apenas um candidato, no caso Evandro Gussi. A postura serena, fala branda e apelo emocional, comum à RCC, foi utilizada também em campanha, além de constante demonstração da participação em eventos religiosos ligados ao movimento, como encontros e retiros.

## **Estratégias de campanha**

As estratégias eleitorais escolhidas para cada um dos candidatos, Marco Feliciano e Evandro Gussi, foram bastante diferentes, respeitando inclusive as características pessoais e expositivas de cada um.

Marco Feliciano pleiteava o seu segundo mandato à deputado federal e sua campanha foi realizada, portanto, durante o período em que seu mandato se finalizava. Como tal, a campanha não se deu, simplesmente, de forma que conciliasse seus compromissos com compromissos eleitorais mas sim, que os tornassem os mesmos compromissos.

O efeito Feliciano foi algo bastante marcante nos anos de 2013 e 2014, período no qual o pastor do PSC presidia a CDHM. Sua filosofia religiosa contraditória a posição que assumia na comissão geraram grande movimentação midiática, desde sua nomeação até o fim de seu mandato, quando a comissão foi retomada pelo PT, partido que a presidia anteriormente. O pastor da AD aproveitou o momento de grande exposição, mantendo-se aparente boa parte do tempo de mandato evitando ao máximo possível o ostracismo.

As principais formas de exposição do pastor se deram a partir de entrevistas concedidas em diversos programas televisivos, sendo eles de cunho político ou humorístico, além de prosseguir com suas declarações polêmicas em redes sociais. Movimentos políticos como tentar revitalizar o projeto do deputado do PSDB-GO, o Projeto de Decreto Legislativo PDL 234/11, popularmente conhecido como “cura gay” e invalidar novamente o projeto, contribuíram para sua constante aparição na mídia.

A aversão causada por ele em diversos grupos sociais movimentou o país, a ponto da retirada do deputado ter sido uma das reivindicações das manifestações de Junho de 2013. É fato porém que, apesar de suas convicções religiosas são inversas e até de enfrentamento para com as classes que CDHM foi criada para defender. Essa prerrogativa torna a ocupação na cadeira da Presidência da comissão por Marco Feliciano contraditória, já que suas ideologias se opõem aos direitos almejados por essas classes.

Nesse contexto, a aversão à Feliciano, que ocorreu em determinados grupos sociais, surgiu como efeito contrário em outros grupos, sobretudo o de evangélicos pentecostais. O pastor, apresentou-se as vezes até como vitimizado, em suma, seja em posicionamento contrário ou a favorável, Feliciano representava os ideais cristãos evangélicos.

Essa constante exposição e fama repentina permitiu que o pastor concentrasse a sua campanha de forma mais branda, sem tanto desgaste. Restringiu suas aparições em público para apenas eventos maiores, como a já descrita Marcha Para Jesus, na cidade de São Paulo. A campanha no interior foi basicamente movida pelos diretórios regionais do PSC, além de ampla

movimentação na internet. Essas características permitiram que Feliciano se deslocasse pouco, utilizando-se também de sua própria atuação parlamentar como estratégia de campanha.

A mesma estratégia não foi possível para o candidato do PV Evandro Gussi. Um tanto desconhecido do público, Gussi centrou sua campanha inicialmente na participação e pregação em eventos da Renovação Carismática Católica e nas já descritas participações em emissoras também vinculadas à igreja.

A religião porém não foi o único tema abordado na campanha, ministrando seminários de desenvolvimento regional. Sempre ao lado do deputado estadual Renal Alguz, Gussi percorreu algumas cidades da região Alta Paulista no período pré-eleitoral.

Já o período oficial da campanha eleitoral foi bastante agitado para o, então candidato, católico carismático. Junto com Alguz na maior parte da vezes, Gussi percorreu 26 cidades, ministrando pequenas falas. Porém a aproximação religiosa é gritante já que a maioria desses encontros ocorreram em salões paroquiais das igrejas das cidades em questão.

## **Propostas Eleitorais**

Foram estudados alguns dos programas de campanha, além de alguns discursos de ambos os candidatos, tecendo então uma análise comparativa entre suas perspectivas de mandato. É importante enfatizar que foi tentado contato com ambos os parlamentares através da assessoria e por meio de interlocutores, porém,

nenhuma entrevista foi concedida. A análise a seguir é realizada a partir de material de campanha divulgado e entrevistas cedidas em veículos jornalísticos.

Os princípios cristãos nortearam as falas e perspectivas de ambos os candidatos, posições favoráveis e contrárias a determinados seguimentos e movimentos acabaram por dialogar bastante entre ambos, apresentando inclusive justificativas similares às suas posições. A principal forma de diferenciação entre eles se deu na forma de discurso.

Em um contexto em que alguns grupos sociais realizam determinada pressão sobre a legalização da maconha, inclusive com o apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, ambos os candidatos se mostraram contrários à legalização. Para essas justificativas foram expressadas histórias de vida dos candidatos, promovendo assim certa identificação com seus fieis.

Feliciano atende à uma demanda evangélica pentecostal de conversão e de salvamento. Ex usuário de drogas, o deputado aponta como motivo de sua libertação do vício à conversão ao protestantismo. Evandro Gussi, por outro lado, aponta sua experiência com o pentecostalismo católico como completa para a sua juventude, atravessando sua adolescência sem o que ele chamou de “descaminhos”. Gussi constrói dessa forma um caráter tradicionalista imaculado, buscando uma identificação com o católico carismático.

A defesa da vida, como ambos os deputados denominam, foi também objeto de campanha. Nesse sentido Gussi foi mais enfático. A bandeira contrária ao aborto vem ganhando força cada vez maior dentro, sobretudo, do movimento católico, em especial à Renovação Carismática Católica, a ponto de alguns movimentos exigirem compromisso eleitoral formal dos candidatos, reconhecido em

cartório. Nesse sentido a campanha mobilizada por Gussi e Alguz em conjunto, foi bastante enfática. No período anterior à campanha Feliciano divulgou em redes sociais fotos de encontro com outras autoridades religiosas, inclusive o padre Paulo Ricardo<sup>27</sup>, atual ícone do catolicismo conservador, dizendo que tal reunião fora para determinar estratégias políticas de defesa da vida.

A principal divergência entre as pautas levantadas durante a campanha é relativa à homossexuais. O candidato carismático católico atendeu a demanda de forma evasiva, dizendo que a determinação da igreja é contrária, ao passo que Feliciano teve uma posição mais incisiva sobre o assunto. A eleição dos movimentos LGBT como inimigos desde o episódio da CDHM motivou a campanha de Feliciano, apesar de não possuir qualquer projeto sistematizado, o deputado se põe fortemente contra questões como a união estável e sobretudo, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. A perspectiva porém foi, novamente, a partir de uma identificação com o religioso, acima de projetos e perspectivas pautadas Feliciano, ao expressar suas posições, causado no eleitorado evangélico uma sensação de representatividade que é independente de planos para ações concretas. Seu interesse foi sim de possuir algum compensamento similar ao do eleitorado com voz em plenário nacional.

A identidade política de cada um dos deputados analisados se confunde com suas identidades religiosas. Em seu discurso voltado para uma minoria religiosa Feliciano enfatizou uma posição de enfrentamento, uma necessidade de luta por afirmação do fiel evangélico, luta essa possível através dele. Essa relação é feita através da criação de inimigos, sobretudo o movimento

---

<sup>27</sup> Sacerdote católico que conseguiu certa notoriedade no meio religioso a partir de cursos e comentários em seu site pessoal.

LGBT. Nesse contexto o pastor procura se mostrar vitimizado em determinados momentos, mas também, compelido à uma luta em função da moral cristã e dos bons costumes.

A totalidade da identidade cristã em Marco Feliciano não prostra de forma contrária à sua perspectiva política. Já que sua legenda é o Partido Social Cristão, como descrito anteriormente, o partido é fundado com bases em ideais cristãos, portanto ao difundir sua identidade, Feliciano não sobrepõe ela aos interesses partidários. A mesma relação não ocorreu com Gussi.

O pertencimento ao Partido Verde é, de certa forma, estratégico para o candidato carismático católico. O partido não possui um posicionamento político econômico bem delimitado entre direita ou esquerda. Por exemplo, sua pauta principal é a questão ambiental, de forma que, em outras questões, os seus filiados tem posições divergentes. Por outro lado a preferência no voto para o PV é, em grande parte, da classe média. Nesse sentido a escolha do PV como partido para a candidatura de um carismático católico é interessante já que ele tem liberdade para propagar suas posições religiosas e, ao mesmo tempo, o eleitorado do partido é similar ao eleitorado carismático, já que o movimento é, em grande maioria, de classe média. Gussi porém, em toda a sua campanha demonstrou um reduzido interesse por questões ambientais, apenas comemorando datas como Dia da Terra ou com alguns dizeres sobre a importância do racionamento. O então candidato não se mostrou disposto, de forma contundiva, a defender a questão ambiental, sobrepondo então a sua identidade religiosa à identidade partidária.

Um tanto diferente de Feliciano a relação de Gussi com o eleitorado não é de representação mas de identificação<sup>28</sup>. Gussi apresenta falas emotivas baseada em aspectos teológicos. O volume de sua voz é sempre reduzido e sua oratória pausada. Ao se prostrar dessa forma Gussi atinge no imaginário católico uma posição sacerdotal, ou seja, sua fala em aspectos da fala de padres, como tal gera no eleitor alvo uma identificação, promovendo inclusive certa confiança nele.

Apesar de suas diferenças, um quesito fundamental os discursos de Feliciano e Gussi se convertem. Ainda baseados na ideia de democracia direta ao invés da representativa, ambos provocam o fiel ao dizer que a maior parte da população do país é cristã. Nessa perspectiva, questões como a legalização do aborto, divórcio ou união entre homossexuais, por exemplo, não condizem com a demanda populacional, sendo fruto de uma má articulação dos cristãos. Como tal isso é algo que exige maior participação política dos católicos carismáticos e dos evangélicos.

## **Busca de votos nas cidades estudadas**

Como dito anteriormente Evandro Gussi não esteve presente nas cidades estudadas, privilegiando a região de Alta Paulista afim de conseguir o voto por regionalismo da população. Apesar desse afastamento geográfico o deputado teve votação expressiva conseguindo 205 votos na cidade, uma média de 0,12% dos votos, o que é considerável já que só dez candidatos mais votados concentraram

---

<sup>28</sup> É importante apontar que Representação é possível apenas a partir da Identificação, ao mesmo tempo que ao eleger um parlamentar com quem se identifica o eleitor se sente representado. A escolha de termos diz respeito sobre as posturas de um enfrentamento em face de uma luta religiosa e de identificação em relação a uma maneira

aproximadamente 67,56% dos votos válidos da cidade. Gussi foi o candidato carismático mais votado na cidade, superando Flavinho e Zimbaldi.

A Renovação Católica Carismática na cidade não possuiu um ministério de Fé e Política, órgão responsável pela determinação das diretrizes políticas do movimento católico. Talvez por isso, a iniciativa política dos carismáticos católicos em Bauru foi difusa, organizada a partir de iniciativas individuais de seus membros. Ou seja, o movimento carismático católico bauruense não se organizou, tal como movimento, para o pleito eleitoral de 2014, a movimentação política de seus membros se deu por fatores individuais.

Dessa forma a campanha para Evandro Gussi ficou restrita à carismáticos católicos ligados à comunidade Canção Nova, que entenderam o então candidato como mais apto para exercer o cargo de deputado representando o catolicismo.

A temática eleitoral foi levantada nos grupos de oração, durante o período da campanha. Além de orações para que o resultado seja o mais benéfico para o país, o debate foi realizado tal qual o discurso oficial do movimento, foi realizada uma conscientização política nos membros, da importância de eleger a pessoa certa que seja guiada pelos valores cristãos, mas não houve um apontamento de um indivíduo específico como essa pessoa.

Essa permeabilidade eleitoral por parte do movimento carismático católico acabou sendo o principal motivo da representativa votação de Gussi no local, como o movimento não se posicionou em relação a um indivíduo específico o apoio de outras referências religiosas, como a Canção Nova, foi de grande influência para a decisão do voto. Somando-se isso a parceria do então candidato com

Reinaldo Alguz, já estabelecido deputado estadual vinculado à RCC, que como dito anteriormente teve participação em eventos religiosos na cidade, cria-se o quadro para a criação de Gussi como o referencial carismático católico.

Já o pastor Marco Feliciano foi o quinto deputado eleito com maior número de eleitores na cidade, angariando mais de dois mil votos. Esse acúmulo porém se deve, principalmente, à extensa exposição midiática do candidato já que, dos deputados eleitos os midiaticamente conhecidos, como o palhaço Tiririca e o advogado Celso Russomano foram os que possuíram mais expressiva votação.

A campanha para Feliciano foi centralizada na cidade a partir de seu partido político, o PSC, paralela a do candidato à deputado estadual pela cidade Pr. Celso Nascimento, eleito devido ao Quociente Eleitoral de seu partido. Já que, apesar de possuir um conselho de pastores, o Conselho de Pastores Evangélicos de Bauru e Região (COMPEV), os sacerdotes religiosos tiveram a liberdade de apoiar politicamente o candidato desejado.

O apoio se deu sobretudo ao candidato evangélico da cidade, pastor da Assembleia de Deus, membro do conselho e já vereador Roberval Sakai. Apesar de não ter sido eleito o candidato bauruence agregou a maior parte dos votos evangélicos, chegando a marca de 19.860 votos, aproximadamente 11% dos votos válidos da cidade. Sakai por agregar em si a identidade evangélica e regional, já que é um candidato da cidade, tomou boa parte do votos de Feliciano, mesmo assim o deputado agregou boa parte dos votos evangélicos.

Da mesma forma que na cidade de Bauru, a Renovação Carismática Católica da São Paulo também não possuiu um Ministério de Fé e Política organizado. Como tal a campanha foi realizada da mesma forma, sem uma

centralidade em um indivíduo específico, mas uma campanha de conscientização política afim do fiel procurar, por si só, candidatos que representem seus interesses.

Na capital Gussi conseguiu um número de 3.276 votos, sendo, dos deputados eleitos, apenas o 58º mais votado com 0,06% do votos válidos. Dos candidatos católicos carismáticos Gussi foi que o possuiu uma votação menos expressiva, já que Salvador Zimbaldi possuiu uma votação de 5.160 votos e Flavinho, que apareceu como principal expoente da RCC na cidade, agregou 24.190 votos válidos.

A diferença entre a expressividade das votações de ambos os candidatos carismáticos católicos, se consideradas as duas cidades, pode ser entendida também pela formação e institucionalização do movimento da RCC em ambos os espaços geográficos.

Apesar do movimento carismático da cidade de São Paulo não possuir grande força, em relação ao de outras cidades em território nacional, sua representatividade no meio católico está estabelecida já à alguns anos, diferente da cidade de Bauru à qual o movimento enfraqueceu e recentemente tem se fortalecido. Tal declínio acompanhou a carreira do músico católico Flavinho na canção nova, bem como seu desligamento da comunidade enquanto o movimento se fortalecia. A situação não foi a mesma na capital paulista, a qual o cantor e pregador católico já possuía a sua relevância no meio carismático católico.

Como o movimento carismático católico não apoiou um candidato específico seus membros puderam buscar o que mais se identificavam, o que justifica a preferência pelo já conhecido Flavinho.

Como na maioria das cidades do estado, Marco Feliciano foi o candidato evangélico mais votado também na capital, com uma expressividade de mais de 90 mil votos válidos, o pastor foi o sétimo candidato eleito com maior expressividade na cidade de São Paulo, em média 1,6% da preferência eleitoral da capital.

Como já dito anteriormente, Feliciano esteve presente na cidade durante o evento Marcha Pra Jesus, em que trajava uma camiseta com os dizeres “Eu represento vocês”, face a campanha realizada por leigos “Marco Feliciano me representa”, em oposição ao enfrentamento popular sofrido pelo pastor durante período que presidiu a CDHM. Icônico no meio evangélico a participação de Feliciano no evento, que fortuitamente ocorreu durante o período eleitoral, era esperada.

Já na cidade de Campinas Gussi não teve expressiva votação como o caso da cidade de São Paulo, quanto Flavinho conseguiu 0,26%, ou seja, 1.313 dos votos válidos da cidade, Evandro Gussi conseguiu menos da metade desses votos, 544, 0,11% dos votos. O candidato carismático mais votado da cidade foi o então deputado Slavador Zimbaldi, com 8.477 dos votos válidos, 1,64% dos votos da cidade. Zimbaldi, além de extensa carreira política, é oriundo da zona eleitoral de Campinas, o que explica sua predileção no pleito da cidade.

Já o pastor Marco Feliciano foi o candidato evangélico mais votado da cidade, com uma cifra similar a de Zimbaldi, Feliciano angariou 8.433 votos na cidade, 1,64% dos votos válidos da cidade.

Apesar de evocarem signos similares, no caso, religiosos, os perfis dos candidatos estudados tem características e condições eleitorais bastante distintas. A

identidade religiosa de Feliciano já havia sido construída anteriormente mesmo a sua primeira disputa eleitoral, no ano de 2010, isso somada à grande exposição midiática de seu primeiro mandato como deputado, promoveu um maior alcance de Feliciano, bem como de sua identidade como religioso. O candidato católico carismático teve que realizar um caminho um tanto mais árduo, já que sua trajetória profissional foi construída no meio secular. A sua imagem como a do homem que representa os valores do movimento não foi tão difundida quanto a do candidato evangélico. Nessa perspectiva é possível entender os resultados eleitorais de ambas as figuras religiosas nas cidades estudadas.

Feliciano, por ser conhecido nacionalmente, teve grande expressividade em todo o território do estado como o político que representava os ideais evangélicos, tal característica permitiu a expressiva votação ao passo que Gussi, personagem político ainda em construção, não agregou quantia tão expressiva. Tal condição expressa a distância entre os modelos eleitorais utilizados pelas duas vertentes, o evangélico já estabilizado que angaria maior quantia de votos que o católico carismático.

É preciso porém enfatizar a importância da regionalidade na escolha do candidato de seu interesse. Com a campanha focada em sua região, Gussi foi o candidato mais votado em cidades como Tupã e Dracena, cidades em que sozinho acumulou mais 20% e 33%, respectivamente, dos votos válidos. Portanto a identidade religiosa, apesar de comumente mobilizada na escolha de um candidato, não é a mais comumente utilizada, sendo importante, porém, não decisiva em uma corrida eleitoral.

## **Capítulo 5**

### **As diretrizes dos parlamentares pesquisados**

A 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados teve seu início oficial em fevereiro de 2015, sendo atuantes nela o pastor Marco Feliciano, em seu segundo mandato e o professor Evandro Gussi, iniciando a sua carreira parlamentar. Este capítulo trata das suas atuações na condição de parlamentares e a correlação dessas atuações com suas identidades religiosas.

#### **Comissões de trabalho**

O professor católico carismático iniciou seu mandato já adentrando em três comissões permanentes, sendo titular apenas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) sendo suplente na Comissão de Educação (CE) e na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Além das comissões permanentes, Gussi participa ainda de mais seis comissões especiais, sendo suplente em três e titular em outras três. Dessas chama a atenção a suplência em duas comissões a respeito da reforma política e a titularidade na comissão para o PL 6583/13, referente ao Estatuto Familiar.

As opções de participação em comissões feitas por Evandro Gussi condizem com as identidades as quais o deputado carrega em si e com a busca de legitimação como deputado, já que inicia sua participação no parlamento como

membro da CCJC, uma das comissões de maior impacto social. Além de sua identidade como docente estar representada em sua participação na CE, a sua postura religiosa se reflete na Comissão Especial para debater o Estatuto da Família, já que a defesa dos valores familiares eram muito caras para o então candidato durante toda a campanha eleitoral.

A escolha por participação na CCTCI, apesar de contraditória, tem motivação religiosa, sobretudo a respeito do último “C” presente na sigla, referente a comunicação. Como demonstram autores como Saulo Batista, a preferência por essa comissão por parte dos deputados religiosos não é algo novo. A CCTCI tem sido alvo de deputados evangélicos pentecostais desde de sua inserção política partidária já que ela é reguladora midiática e a responsável pela distribuição de concessões de emissoras de Rádio e Televisão no país. Participar dela é então uma estratégia válida para disseminação de interlocuções de fé a partir de programações de rádio e TV (Batista, 2009). Ao adentrar a comissão Gussi reproduz a estratégia de atuação evangélica. O professor porém não é pioneiro já que a grande expansão das redes televisivas Canção Nova e Século XXI, se deram a partir do apoio e das atividades dos então deputados Salvador Zimbaldi e Odair Cunha.

Feliciano tem em 2015 uma presença reduzida em comissões, se comparado com o mandato anterior. Atualmente o deputado participa de três comissões, tal qual Gussi é suplente na CCTCI e titular na CCJC, a outra comissão ao qual é titular é a já mencionada CDHM, que presidiu durante o ano de 2014. Mesmo a participação em comissões especiais é restrita em comparação ao mandato anterior, já que participa apenas de três comissões, sendo uma investigativa sobre as denúncias movidas contra a empresa estatal Petrobrás. As

outras comissões das quais faz parte atendem a seu signo religioso, já que uma diz respeito à Associações Religiosas e a outra, na qual Feliciano tem o cargo de Vice-presidente, é a mesma que Gussi faz parte, sobre o Estatuto da família.

No mandato anterior, Feliciano esteve presente também na CCJC e CDHM, além da CE e a Comissão de Seguridade Social e Família, a CSSF, sendo que com a exceção da CE, o deputado também esteve nas outras três por todo o seu mandato. Chama atenção o número e as pautas das Comissões Especiais das quais Feliciano participou no mandato passado, podendo-se destacar as temáticas de Bebidas Alcoólicas, Educação Sem Castigos Corporais, Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas além da participação num Grupo de Trabalho para a organização do Fórum Mundial de Direitos Humanos.

O pastor mantém sua titularidade na CCJC, justificando para seu eleitorado uma preocupação também com o social, além das barreiras religiosas, e de permanecer na CDHM. Essa permanência atende a perspectiva de embate entre religião e Estado laico, com a presidência da comissão questionada pela sociedade civil no ano anterior, a permanência na mesma comissão mostra ao fiel eleitor uma não derrota do deputado, mas sim posição firme em relação à luta por suas posições. Sua participação na CCTCI é entendida no mesmo viés de Gussi: expansão do proselitismo religioso. A suplência na Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito da empresa petroquímica nacional, midiaticamente chamada de CPI da Petrobrás, tem haver também com a posição política partidária tomada pelo PSC de oposição ao governo. O deputado Feliciano tem atuado constantemente a fim de mobilizar fiéis para as manifestações à favor do *impeachment* da atual presidente Dilma Roussef.

Em uma análise comparativa entre os dois mandatos do pastor pentecostal é possível notar uma maior necessidade de reafirmação de sua identidade religiosa, sendo necessário justificar os votos recebidos de seus eleitores. Como tal tinha que reafirmar sua identidade evangélica atendendo teóricas demandas políticas do seguimento. Após a polêmica durante o último ano de seu mandato, Feliciano foi reconhecido como caráter evangélico, passando a representar um rosto do seguimento religioso em plenário nacional, portanto a reafirmação de sua identidade religiosa em meio à participação política específica não é tão necessária nos primeiros momentos do segundo mandato.

## **Projetos de lei**

Evandro Gussi tem apenas dez proposições legais tramitando na câmara. Todas são caracterizadas como Requerimento e nenhuma foi de autoria singular do próprio deputado. Nenhum desses projetos no entanto, apresenta direta assimilação com sua característica religiosa, tratando de temas como biodiesel ou licitações públicas.

Número reduzido foi o de proposições relatadas pelo deputado Gussi, sete desde o início do mandato, no entanto sua característica religiosa é ali ressaltada, a partir do PDC-1007/2013, proposto pela CCTCI. O projeto propõe a aprovação do ato que permite a Associação Beneficiênte São Francisco de Assis, a ABSFA, executar, no período de dez anos, O serviço de rádio-fusão numa cidade no interior do estado de Minas Gerais.

Durante os cinco anos de mandato de Marco Feliciano foram encontradas 161 proposições de sua autoria. É interessante notar que sua atuação foi diminuindo gradualmente a cada ano de mandato, se em 2011, seu primeiro ano, o deputado teve 54 proposições, em 2014 o número caiu para 19. De suas proposições destaca-se o número de requerimentos e projetos de lei, sendo esses respectivamente 77 e 48.

O número de proposições é maior no ano de 2013, ano em que o deputado presidiu a CDHM, também é o ano, com a exceção de 2014, em que o menor número de outras respostas foram apresentadas, sendo esses apenas sete projetos de lei e dois requerimentos de informação.

Das proposições de Feliciano a grande maioria foi arquivada ou requerimentos de informação não ainda foram concluídos. O número de projetos tramitando ou aguardando alguma conclusão externa é maior dentre os mais recentes, tal como as arquivadas tem maior número conforme mais antigas. Apenas três projetos de Feliciano foram designados para a pauta em plenário: a determinação da cidade de Orlândia, município ao qual o deputado é oriundo, como capital nacional do futsal. Os outros mobilizam sua identidade religiosa, o PL 881/2011, que institui o dia nacional da graça e oração e estabelece critérios para a sua comemoração. Além desse o PL-2756/2011 que assegura aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos conforme com estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos. Ou seja, essa legislação está inserida nas perspectivas da liberdade religiosa, tão cara para os evangélicos pentecostais.

Das 161 proposições apresentadas pelo deputado Feliciano, 42 apresentam características religiosas ou de interesse das pautas de igrejas cristãs.

Ou seja, aproximadamente 26% de seus projetos. Diversos são os temas englobados nessas proposições, sendo projetos que infligem diretamente a laicidade do Estado, como a obrigatoriedade do ensino religioso em escolas públicas e, posteriormente, Feliciano propôs o ensino obrigatório do criacionismo dentro do mesmo ambiente estatal. Chama atenção também o PL 4724/2012, baseando-se na cédula de circulação monetária dos Estados Unidos Feliciano propõe a inserção da frase “Deus seja Louvado” nas cédulas de Real.

Algumas das propostas descritas acima não possuem, porém, real intenção de aprovação. Ao apresentar proposições que englobem o público religioso os parlamentares estão justificando os votos que receberam, de tal forma que determinadas perspectivas não tenham concreta perspectiva de aprovação.

Além das questões acima, proposições religiosas não tão incisivas também foram diagnosticadas como a determinação do município de Cambuí/MG como capital nacional das missões religiosas e ou o PL – 1579/11, que propõe a obrigatoriedade da presença da Bíblia Sagrada em bibliotecas públicas. São frequentes as questões relativas ao aborto encontrando-se pelo menos quatro proposições que atendem à essa temática, desde a sugestão da convocação de uma audiência pública para o debate, até requerimento de informação sobre as condições médicas de clínicas abortivas. Políticas de combate as drogas também são solicitadas, prevendo a internação compulsória como solução, não porém apenas como tal, prevê a internação compulsória como medida punitiva para crimes motivados pelo uso de entorpecentes que sejam causados por usuários, sobretudo crimes sexuais. Vale dizer que a grande maioria de comunidades terapêuticas no

Brasil tem identidade religiosa, destacando as igrejas evangélicas, contudo, sustentam-se em parte com financiamento público.

Proposições relativas a moral sexual tem também seu espaço na agenda do deputado, por um lado criando legislações mais duras com relação ao tráfico humano e prostituição infantil, por outro também regulando a veiculação de pornografia de portais rastreáveis no Brasil, como o requerimento exigindo a presença do representante do portal UOL para esclarecimentos sobre o conteúdo adulto em seu *site*.

Por fim, destacam-se as posições de enfrentamento. Foram apresentadas algumas proposições em relação a países Islâmicos, como pedir a necessidade da intervenção por parte do governo federal na execução do pastor brasileiro Yocef Nadarkhani em prisão iraniana e também a revisão sobre considerar o país Saaráui como nova república árabe.

O debate contra o homossexualismo também ganha seu espaço na agenda do deputado. Esses porém tem caráter menos incisivo, apesar de polêmico. Feliciano não declara posições que prevêm o ataque direto à esse contingente social, mas sim propõe a convocação de audiências públicas e peticos para decidir sobre alteração na constituição brasileira a respeito do formato de família nuclear ou relativo à possibilidade de apresentação de nome social em documentos. Além disso, questões como a revisão sobre a necessidade da criação de um comitê de cultura LGBT em Câmara Federal e também a apresentação de um requerimento exigindo explicações do governo federal sobre o repasse financeiro para movimentos LGBT.

Das atuações não foram ainda apresentadas propostas significativas relativas às identidades religiosas dos deputados. O destaque para a legislatura que vigora em 2015 foi a aprovação do Projeto de Lei relativo à terceirização. Ambos os deputados, Gussi e Feliciano, se colocaram á favor permitindo à aprovação do projeto em pauta legislativa. Essa determinação de ambos demonstra a mobilização da pluri-identidade, ou seja, na questão específica a identidade mobilizada pelas lideranças religiosas não é a de religioso, sacerdote ou músico. No caso de Feliciano, ou mesmo do professor e teólogo, Gussi, mas ambos acionam as suas identidades como empresários, já que ambos possuem empresas no ramo varejista, de brinquedos no caso de Feliciano e medicamentos no caso de Gussi.

Portanto a fragmentação identitária do indivíduo contemporâneo se reflete portanto na política partidária já que, o indivíduo apesar de possuir determinados signos eleitorais de maior destaque, não aglomera em si votos de apenas um seguimento social, mas sim de diversos, provocando uma pluri identificação e angariando maior quantidade de votos.

Além de expoentes religiosos, os deputados pesquisados possuem características de representantes regionais, empresários, professor, além é claro de suas fortes ligações com o seu público religioso específico. Como tal, após eleitos, essas identidades são mobilizadas de acordo com às necessidades as quais são apresentadas procurando assim atender a demanda do público de identificação.

## Considerações finais

As características da sociedade contemporânea propiciam constantes alterações nas formas de agir e pensar dos indivíduos. As tradicionais práticas religiosas, não possuem as mesmas condições de se sustentarem em meio ao intenso fluxo de informações. Nesse contexto, há práticas adaptativas e proselitistas do pentecostalismo, evangélico e também católico através da Renovação Carismática. Essas correntes religiosas vêm crescendo bastante no Brasil, com a preponderância bem maior da primeira sobre a segunda.

O fortalecimento dessas correntes é compreensível no contexto de grande concorrência religiosa. A partir de sua inserção em outras esferas como a econômica e a midiática, o cristianismo se mostra com capacidade de adaptação de linguagem, através de inserção em mídias digitais e formas plurais de proselitismo.

As igrejas pentecostais e a RCC são as principais vertentes do protestantismo e do catolicismo. É natural haver certa disputa entre elas no mercado religioso. Concomitantemente às inserções nas esferas midiática e política, ocorre também a disputa por outros espaços, como o da indústria fonográfica por exemplo. Além disso, é conhecida a concorrência por audiência, entre as emissoras televisivas cujos termos são ressignificados a partir de adeptos de cada vertente religiosa que acompanha a programação.

As disputas religiosas ganham também conotação política quando são realizadas em períodos eleitorais e nos parlamentos. Como tal, os signos religiosos

se misturam com as proposições jurídico-sociais, buscando espaço maior ou mais confortável para as suas atuações religiosas.

Em uma sociedade pós-tradicional em que a religião perdeu seu caráter de hereditariedade e passou a compor mais uma das várias possibilidades de escolha que o indivíduo contemporâneo possui (Berger, 1985), a disputa por espaço na esfera política, ou seja, além de competir entre si mesmas, as vertentes religiosas interessadas em ampliar seu espaço, têm que competir com outros seguimentos sociais que disputam o mesmo espaço (sobremaneira: televisivo e político). Dada essa acirrada disputa as vertentes religiosas elaboram estratégias eleitorais, a fim de garantir e ampliar sua representação nos parlamentos.

As vertentes pentecostais, tanto católica quanto protestante, vêm tendo crescente envolvimento político, como analisado nesse trabalho. A partir de uma teórica necessidade de mobilização política, as igrejas evangélicas organizaram sua estratégia eleitoral a partir da figura do candidato oficial, pessoa selecionada no interior da comunidade religiosa à qual os fieis são aconselhados à dirigir seus votos. A partir do pioneirismo da Assembleia de Deus, foi também adotada por outras denominações, sobretudo pela a Igreja Universal do Reino de Deus.

A RCC teve seu afastamento político motivado por uma oposição ao movimento religioso de maior importância anterior a ela, a Teologia da Libertação que cada vez mais se aproximava da política partidária. Com o intuito de se firmar no interior do catolicismo, a RCC se colocou contrária à mobilização política em função de uma introspecção espiritualista, perspectiva favorecida após o término do regime militar no Brasil.

Posteriormente a RCC, porém, não se estabeleceu com uma clara estratégia eleitoral, apesar de já possuir alguns parlamentares de destaque. O envolvimento político-partidário do fiel carismático católico ainda é relativamente pequena, se comparada ao do evangélico pentecostal. O movimento carismático vem buscando se mobilização para a participação política do fiel ao invés de alavancar um candidato específico, como fazem os evangélicos desde os anos 1980

Apesar de não possuir esse candidato oficial, propriamente dito, estabelecido no seio religioso, como nas igrejas evangélicas, os candidatos carismáticos católicos surgem no seio de suas comunidades tais quais intelectuais orgânicos, ou seja, líderes devido a um conhecimento adquirido em seu meio. Como tal, o candidato da Igreja Católica surge, geralmente, a partir de posição de destaque em seu grupo religioso, sendo apoiado pelo movimento, mas não escolhido oficialmente pelo mesmo, como fazem os evangélicos pentecostais.

No o pleito de 2014 a estratégia carismática católica centrou-se na tentativa de impulso político de um membro que atendesse demandas de um público mais amplo, como o advogado e professor universitário Evandro Gussi.

Apesar da racionalizada com a formação do Ministério de Fé e Política, ou mesmo a publicação da “Cartilha de Fé e Política”, o movimento nega apoio à determinado candidato, já que oficialmente, a função do ministério é a conscientização do cristão católico para que ele eleja alguém condizente com os valores dessa tradição religiosa, não necessariamente um católico carismático.

Analisando a campanha de Gussi não foi possível detectar nenhum apoio declarado por parte da RCC a ele enquanto movimento organizado. Mesmo a identidade dele como católico carismático não foi mencionada durante a corrida

eleitoral. Vale lembrar, porém, que a ideia de não identificar o candidato como tal, mas apenas como católico é fruto de um cálculo eleitoral racional, já que a identificação do candidato apenas como católico, sem especificar o seu movimento de pertencimento, propicia abranger uma aglomeração maior de votos, promovendo maior identificação com o eleitorado. A associação com o movimento, porém, não é esquecida. Essa se deu de forma indireta, já que no ano eleitoral Gussi, fez pregações em grupos e eventos carismáticos, como o Encontro Nacional da RCC.

A situação do outro parlamentar estudado, Marco Feliciano, da Assembleia de Deus Ministério Madureira, teve características inversas às de Evandro Gussi na eleição de 2014. Pleiteando vaga para seu segundo mandato Feliciano, já conhecido inclusive através das mídias seculares, realizou uma campanha em que procurava evitar a pulverização do voto evangélico, pedindo que os votos se concentrassem em quem possuía reais chances de sucesso ao invés de investir em “aventureiros políticos”.

O cenário de 2010 não se configurou em 2014, para o pastor da AD, já que na disputa anterior Feliciano era também pioneiro político, sendo conhecido no meio evangélico por suas pregações e palestras, que impulsionaram sua eleição naquela primeira disputa em 2010.

Ambos os parlamentares estudados, portanto, demonstram capacidade de mobilização eleitoral que cada vertente religiosa possui, já que seus primeiros cargos públicos ocupados foram os de deputados federais. Como não possuíam experiência político-partidária até então, o sucesso eleitoral deles se deu, principalmente, a partir de seus signos religiosos.

A pluralidade de igrejas evangélicas e a possibilidade de formação de novas comunidades religiosas permite uma melhor organização política dessas, dada, em grande parte, pelo seu tamanho, reduzido, em relação à Igreja Católica, e também devido a seus estatutos próprios. Essas características permitem o lançamento de um candidato, ou mesmo, um reduzido número de candidatos, como vozes da igreja, além de uma maior possibilidade de articulação de voto entre os fiéis. O mesmo não é válido para a RCC, já que o movimento é pertencente à Igreja Católica, ou seja, faz parte de uma congregação maior e como consequência é limitado pelos parâmetros da mesma.

Os candidatos carismáticos católicos não podem, portanto, ser veiculados como a “voz da igreja”, já que a própria CNBB diz que a ela não apoia nenhum candidato específico. Nesse sentido, a estratégia utilizada não é a de eleger como representante católico, mas sim de buscar uma identificação com o eleitor a partir de um compartilhamento de fé. Em suma, o candidato carismático católico explora signos religiosos para que o fiel católico se identifique com ele, buscando voto a partir de uma empatia religiosa, o que explica o fato de o candidato carismático católico se identificar como católico, e não como carismático.

O sucesso eleitoral de expoentes da RCC se deve em grande parte à rede televisiva Canção Nova (CN). Como dito anteriormente, os principais candidatos católicos, sobretudo no estado de São Paulo, tiveram em suas campanhas grande participação dessa emissora. Tal como Gabriel Chalita, Evandro Gussi tem sua característica religiosa demarcada a partir dessa comunidade, já que possui inclusive vínculo empregatício com a mesma, sendo professor de seu instituto de formação sacerdotal. A campanha de Gussi foi marcada por sua

presença em eventos e programas televisivos da CN, além do respaldo de celebridades católicas ligadas à mesma. O apoio da emissora é tão caro para a candidatura de Gussi que, apesar de pouco conhecido do público católico em geral, foi o candidato mais votado, superando o conhecido músico carismático católico Flavinho, que mesmo desvinculado da CN possuiu sua carreira construída a partir dela.

A escolha partidária dos representantes religiosos reflete também as características de cada movimento religioso, bem como os signos que interessam para o eleitorado específico. A filiação de Feliciano ao PSC demonstra um pentecostalismo militante, sendo um partido que carrega em seu estatuto características da chamada Democracia Cristã. E cria no fiel a ideia de uma representação voltada quase que exclusivamente para o bem da igreja, em uma luta por espaço no cenário nacional.

A escolha de Gussi pelo Partido Verde mobiliza outros signos. A legenda não possui ideologia política muito definida, exceto por suas perspectivas ecológicas. Por não ter uma bandeira econômica propriamente dita, o PV é um partido preferido de classes médias. Em consequência, a legenda tem perspectivas inclinadas para a direita. Essa identificação apenas com a bandeira ecológica cria no partido uma permissividade de filiações, levando à inserção de uma bandeira religiosa também. A escolha de Gussi pelo PV então segue como relação de dupla significação. Se por um lado, é permissivo um proselitismo religioso interno, por outro o então candidato atendia às demandas de uma classe média, na qual o movimento católico tem grande maioria de participantes.

No período após o primeiro turno das eleições, ambos os candidatos apoiaram o candidato à Presidência da República Aécio Neves (PSDB). Além de situações relativas aos respectivos partidos, PSC e o PV, que se aliaram ao PSDB, o apoio para o candidato mais voltado para a direita atende as perspectivas pessoais dos candidatos e de seus redutos eleitorais. O atual momento político do país é de uma inclinação para direita, marcado por passeatas em oposição à atual presidente Dilma Roussef (PT), além de pressão popular para pautas como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Nesse contexto, os parlamentares representam significativa parcela populacional, já que as atuações de ambos em comissões como a CCJC, permitiu que a comissão julgasse como legal o encaminhamento para plenário do projeto de lei que prevê a redução da maioria. O mesmo se dá em relação a atuação de ambos em plenário votando a favor do projeto que regulamenta a terceirização, reforçando as suas identidades vinculadas ao mundo empresarial.

Apesar de uma inclinação para o conservadorismo político e social a população brasileira tem se mostrado incomodada com certo caráter coronelista, residual, mas ainda existente no cenário político nacional. Esse incômodo é visível, por exemplo, na eleição de Roberto Rocha (PSB) no estado do Maranhão contra Gastão Vieira (PMDB), apoiado pela família Sarney. Com o gradual declínio das tradicionais formas de ação política, a eleição de candidatos pentecostais parece atender anseios de certa parcela conservadora da sociedade. Com perspectivas econômicas liberais e conservadoras, pautas de moral sexual e reprodutiva, os parlamentares evangélicos pentecostais e católicos carismáticos atendem às demandas conservadoras da população, justificando a expressiva adesão à suas causas e suas formas de atuação política.

A participação de grupos religiosos na política brasileira é, portanto, um fenômeno que tem gradativamente propiciado novas características para o quadro político nacional. A apresentação de pautas essencialmente cristãs no legislativo brasileiro ascende questões sobre a laicidade e pluralismo religioso do país, já que o espaço público torna-se, em diversos termos, uma arena para a disputa por espaço no mercado religioso.

## Referências Bibliográficas

- BANDINI, Claudirene Aparecida de P. *“Costurando certo por linhas tortas”*: Um estudo das práticas femininas no interior das igrejas pentecostais”, São Carlos, SP, 2008.
- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Instituto Metodista Izabela Hendrix e Annablume, 2009.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulus, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 9-24, 2000.
- BLANCARTE, Roberto. *Laicidad: La construcción de um concepto de validez universal*. In COSTA, Nestor da (Org.). *Laicidad em America Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo publico y lo privado em el siglo XXI*. Montevideo. CLAEH. 2006
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, S: Papyrus, 1996.
- BURITY, Joanildo. *Identidade e política no campo religioso*. Recife, IPESPE, Editora da UFPE, 1997.
- BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Ed.Massangana. 2006.
- CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências*. Aparecida, Editora Santuário, 2000.
- DOIMO, Ana Maria . *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995. 356p
- FISCHMANN, Roseli. *A proposta da Concordata da Santa Fé e o debate na Câmara Federal*. Campinas, Educ. Soc., vol. 30, n. 107, maio/ago. 2009, p. 563-583.

- FONSECA, Alexandre Brasil C. 1998. Lideranças evangélicas na mídia: trajetórias na política e na sociedade civil. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, Iser, v. 19, nº 1, junho, pp. 85-112.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas, Unicamp, 1993
- GIUMBELLI, Emerson. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. Porto Alegre. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 13: n. 14: 119-143, 2011.
- HUNT, Stephen. Betwixt and between: the political orientations of roman catholic neo-Pentecostals. *In Politics and Religions*, n. 2, p 27-51, 2008.
- Pentecostals. *Politics and Religions*, nº 2, p. 27-51, 2008.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales y Religión*. Porto Alegre, ano 6, nº 6, p. 31-49, 2004
- \_\_\_\_\_, Maria das Dores Campos. *Política e Religião - a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro - Editora FGV, 2006.
- MAINWARING, Scott. Igreja católica e a política no Brasil: 1916-1985. São Paulo, Brasiliense, 1989
- MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. *Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Internet, v. 65. 2005.
- \_\_\_\_\_, Ricardo. Laicidade á brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, nº 2, p. 238-258, 2011.
- MARIZ, Cacília L. *A Renovação Carismática Católica, uma igreja dentro da igreja?*. Civitas. Porto Alegre. 2003
- MIRANDA, Julia. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Relume Dumará. Rio de Janeiro. 1999.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e políticos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, nº 53. 2003a.
- \_\_\_\_\_, Ari Pedro. 2006. A Igreja Universal e a política. *In: BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana.

- \_\_\_\_\_, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*; Rio de Janeiro:Vozes; 1996.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In *Ciência Sociais Hoje*. São Paulo. Vértice e ANPOCS, 1989.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. & PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- PINA, Christine. The city, the countryside and nature of two charismatic revival communities: two visions of society and politics?. In: *Social Compass*. V. 46, p. 85-99, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do espírito*. São Paulo, Edusp 1997.
- PROCOPIO, Carlos Eduardo. Carismáticos católicos e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. V. 14, p. 75-99, 2012.
- \_\_\_\_\_, Carlos Eduardo. *Perto da Religião Perto da Política: A participação do catolicismo carismático através da instituição, candidaturas e mídia nas eleições de 2010*. Juiz de Fora, MG, 2014
- RANQUETAT JR, Cesar Alberto. *Laicidade à brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos*. Tese de doutorado em antropologia social. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- REIS, Marcos Vinícius Freitas. *Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2011
- SILVEIRA, Emerson Sena da Silveira. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre católicos carismáticos e a política. In *Rever*. São Paulo. 2008
- SOUZA, André Ricardo de. O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*, UFG, v. 10, nº1, 2012, pp. 129-14. 2012
- SOUZA, André Ricardo de. Meandros da força política evangélica no Brasil. *Cultura y Religión*, v. 7, p. 117-128, 2013.

SOUZA, Beatriz Muniz de. 1969. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo, Duas Cidades.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília, Pergaminho, 1986.

VELASCO, Demetrio. La contrucción histórico-ideológica de la laicidad. In COSTA, Nestor da (Org.). *Laicidad em America Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo publico y lo privado em el siglo XXI*. Montevideo. CLAEH. 2006

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_, Max. A psicologia social das religiões mundiais. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. Brasília, Editora da UnB, 1991.